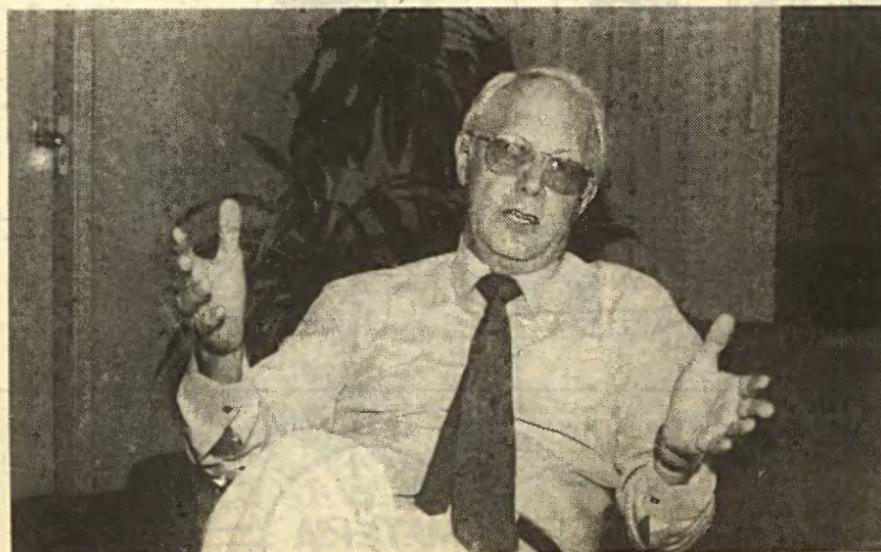




Veto a estrangeiros gera polêmica



Em estudo na Câmara dos Deputados, um anteprojeto que restringe a contratação de docentes estrangeiros recebe críticas de vários setores. O reitor da UNESP, Paulo Milton Barbosa Landim (foto), enviou ao Congresso e a outras entidades um telex manifestando "enorme preocupação" pela possibilidade de a Universidade não mais poder contar com o saber de docentes de outros países. Págs. 4 e 5

Clássico do Iluminismo e a filosofia de Hegel

Dois importantes lançamentos da Editora UNESP: a *Enciclopédia*, de Diderot e D'Alembert, obra máxima do século XVIII, e *Estudos sobre Hegel*, do filósofo italiano Norberto Bobbio. Págs. 10 e 11



No Editorial, os vestibulares comentados

Os primeiros indicadores dos resultados dos vestibulares da VUNESP. Pág. 3

Grupo multidisciplinar investiga blastomicose

A doença é estudada e combatida no câmpus de Botucatu, por um grupo de 25 especialistas. Pág. 7

Autonomia: liberdade e responsabilidade

Uma avaliação do que foi feito no primeiro aniversário da autonomia universitária. Pág. 6

METANOL



Em debate promovido pela Universidade, especialistas analisam as causas da crise no abastecimento de combustíveis e discutem a utilização do polêmico metanol.

Págs. 8 e 9

Projeto enriquece informática do país

Pesquisadores da UNESP e Unicamp desenvolvem projeto pioneiro de microprocessador, circuito que controla a ação das máquinas.

Pág. 16

Pelicano



VOLTA ÀS AULAS



CARTAS

CREA

Apresentamos nossos melhores cumprimentos pela edição da entrevista que concedemos aos Jornal da UNESP nº 43, sobre qualificação profissional. Gostaríamos, no entanto, de proceder uma retificação à quarta resposta, em que foi omitida uma palavra no texto: quando nos referimos à Câmara de Arquitetura, que "muito por exercício ilegal da profissão um engenheiro agrônomo que sempre foi uma pessoa voltada para o paisagismo...", faltou enfatizar que a Câmara de Arquitetura referida foi de um CREA da Federação e não a deste CREA-SP, como poderá eventualmente vir a ser interpretado. De resto, a entrevista relatou com fidelidade e precisão tudo aquilo que gostaríamos de expor sobre o tema.

João Abukater Neto
Presidente do CREA
São Paulo — SP

Divulgação

Comunicamos e agradecemos o recebimento dos exemplares do Jornal da UNESP, editado por essa Universidade, os quais foram amplamente divulgados em nossa Instituição. Na oportunidade, elogiamos o desempenho da UNESP ao mesmo tempo que reafirmamos votos de estima e apreço.

Prof. Paulo de Moraes Marques
Pró-Reitor de Extensão —
Universidade Federal Rural de
Pernambuco
Recife — PE

Erramos

A reportagem "Rosa Luxemburg: o assassinato faz 70 anos", publicada na edição de nº 41 do Jornal da UNESP, saiu com algumas imprecisões. Rosa Luxemburg foi assassinada a 15 de janeiro, e não a 11. Ao contrário do que foi publicado, Rosa não retorna à Alemanha em 1914, mas em 1906, e é presa em 1915. Finalmente, ela não manteve correspondência com Lênin ou Trotski, como foi registrado.



Universidade Estadual Paulista
Reitoria: Praça da Sé, 108 — CEP 01001 São Paulo, SP.
Campus Universitários: Araçatuba, Araraquara, Assis, Bauru, Botucatu, Franca, Guaratinguetá, Ilha Solteira, Jaboticabal, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro, São José dos Campos, São José do Rio Preto e São Paulo.
Autarquia Vinculada: Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" (Faculdade de Tecnologia - FATEC — de Americana, Baixada Santista, São Paulo e Sorocaba).
Outras Unidades: Instituto de Física Teórica (São Paulo) e Instituto de Pesquisas Meteorológicas (Bauru).
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
Reitor: Paulo Milton Barbosa Landim
Vice-reitor e pró-reitor de Administração e Desenvolvi-

mento: Arthur Roquete de Macedo
Pró-reitor de Graduação: Antônio César Perri de Carvalho
Pró-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa: Antônio Manoel dos Santos Silva
Pró-reitor de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários: Carlos Ruggiero
Diretores das Unidades Universitárias: Acyr Lima de Castro, Antenor Araújo, Antônio Espada Filho, Antônio Carlos Massabni, Antônio Quelce Salgado, Bruno Mancini, Carminda da Cruz Landim, Cecílio Linder, César Piedade Júnior, Dinah Borges de Almeida, Flávio Abranches Pinheiro, Irineu Bicuço, Irineu de Moura, Jayme Wanderley Gasparoto, Joji Ariki, José Enio Casalecchi, José Ribeiro Júnior, Márcio Rubens Graf Kuchembuck, Marcos Alegre, Néelson de Araújo, Néelson Múrcia, Sérgio Nereu Pagano, Tatsuko Sakima e Telmo Correia Arrais.
Representantes das Unidades Complementares: Newton Castagnoli.
Representantes Docentes: Antônio Carlos Silveira, Antônio Celso Wagner Zanin, Arleta Nóbrega Z.M. de

Campos, Carlos Alberto Penatti, Cristo Bladimiro Melios, Eurípedes Alves da Silva, João Alberto de Oliveira, José Aluísio Reis de Andrade, Kleber Pinto Silva, Luiz Carlos Donadio, Luiz Roberto Trovati, Maria Amélia Máximo de Araújo, Mário Balistieri Sobrinho, Myrian Xavier Fragoso, Nariquív Cavaguti, Odair Correa Bueno, Odeibler Santo Guidugli, Olga Ceciliato Mattioli, Paulo Eduardo de Toledo Salgado, Reinaldo Ayer de Oliveira, Sebastião Hetem, Sheila Zambello de Pinho, Tereza Maria Malatian e Wellington Dinelli.
Representantes Discentes: Alexandre Martoni Patiri, Antônio Donizete Fernandes, Carlos Alberto Yara, Franco Borsari, José Aécio Silveiro Janini, José Gilberto de Souza e Renato Fonseca Barcellos.
Representantes Técnico-administrativos: Adauto José da Silva, Antônio Sérgio Britto, Daltro Brandão, E. Nilson de Nola Sá, Gessé Gerardi, João Cardoso da Silva, José Eduardo S. Candeias, José Munhoz Fernandes, Luiz Gonçalves Rodrigues, Maria José Manoel e Maria José R. Martins.
FIESP: Horácio Lafer Piva
FAPESP: Néelson de Jesus Parada

Jornal da UNESP

Editor responsável: José Roberto Ferreira (MT 17.039)
Editor: Paulo Velloso
Redação: André Louzas, Denise Pellegrini Montes
Editor de Arte: Celso Pupo
Produção: José Luiz Redini
Tiragem: 19.000 exemplares
Este jornal, órgão da Reitoria da UNESP, é elaborado pela Assessoria de Comunicação e Imprensa. A reprodução de artigos, reportagens ou notícias é permitida, desde que citada a fonte.
Endereço: Rua do Carmo, 44, 5º andar (CEP 01019) São Paulo, SP. Telefone: 37-4479.
Composição, Fotolito e Impressão: Cia. Editora Jorúês.



Vestibulares: equilíbrio e adequação

Os vestibulares de 1990 para a UNESP, realizados pela VUNESP, foram concluídos há pouco e alguns indicadores de seus resultados, já disponíveis, são altamente positivos.

A procura pelas 4.208 vagas oferecidas pela Universidade Estadual Paulista cresceu 18,6% frente ao último concurso, ampliando-se dessa forma, no caso da maior parte das carreiras, a relação candidato/vaga. Do total de 38.378 candidatos inscritos, 26% inscreveram-se somente no vestibular da UNESP e, do mesmo total, apenas 1,6% não concluíram o ensino de segundo grau. Ainda, dos concorrentes às vagas, 75% não residem na capital. No primeiro dia de exames, o índice médio de abstenções de 8,69% foi o menor dos últimos anos.

Sem prejuízo de uma ulterior análise em profundidade tais números demonstram, insofismavelmente, que a importância da UNESP, evidenciada pelo contínuo aprimoramento de suas atividades nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão, é hoje plenamente reconhecida pela comunidade estudantil, a qual, no caso de 26% dos inscritos, fez dos cursos oferecidos por esta Universidade sua única opção.

Na avaliação desses resultados, é imprescindível que se considere ainda o enorme empenho da UNESP no sentido de sua integração com o ensino de 2º grau. Além dos programas destinados ao aperfeiçoamento dos docentes do ensino básico oficial, permanentemente desenvolvidos pela Universidade em convênio com a Secretaria de Estado da Educação, e da atuação dos "núcleos regionais de ensino", destinados a dar apoio a professores das escolas estaduais, o projeto "Venha nos Conhecer", desenvolvido a partir de 1989 e que já integra oficialmente nosso Calendário de 1990, propiciou aos alunos do curso secundário convívio antecipado com as atividades da Universidade.

No que diz respeito ao perfil dos exames, tem sido uma preocupação constante da UNESP o ajustamento dos mesmos à natureza e ao nível dos estudos cumpridos na escola de 2º grau, bem como sua adequação às características e exigências específicas das diferentes carreiras. Visando a esses objetivos, os colegiados superiores da Universidade e a VUNESP têm conjugado esforços no sentido do contínuo aprimoramento do sistema.

A organização dos exames em uma única fase, com provas que abrangem simultaneamente questões de múltipla escolha e de natureza discursiva; a existência de três tipos de provas não eliminatórias: a de Conhecimentos Gerais, que também integra questões de Língua Estrangeira Moderna, a de Conhecimentos Específicos, em três versões ajustadas às três grandes áreas nas quais se inserem os cursos oferecidos, e a de Comunicação e Expressão, na qual se exige a nota mínima três, vem sendo considerada pelos comentaristas de vestibulares da grande imprensa como o resultado do contínuo e bem-sucedido esforço da Universidade, sem-



pre empenhada em ajustar seu vestibular às peculiaridades da clientela. Esta estrutura, adotada a partir de 1989, foi objeto de um novo ajuste no vestibular do corrente ano. Como resultado do trabalho permanente de adequação dos exames às legítimas reivindicações dos interessados, a duração da prova de Conhecimentos Específicos, tida como a mais difícil e trabalhosa, foi ampliada para cinco horas.

Tais ajustes, que decorrem da avaliação criteriosa dos resultados dos exa-

mes, realizada a cada ano com base em sugestões de docentes, manifestações dos alunos e comentários da imprensa, acabaram por consagrar o vestibular da VUNESP como "o mais democrático de todos".

No corrente ano, ao que tudo indica, atingiu-se um nível de equilíbrio na dificuldade das provas. De acordo com notícias de jornais, os candidatos consideraram as provas de dificuldade regular. A prova de Conhecimentos Gerais foi tida, por órgão de imprensa da

O perfil do aluno ideal

Crescente demanda, vagas restritas e não preenchidas. Esses paradoxos colocam em debate objetivos, natureza e situação do ensino de 1º e 2º graus. Mas exigem também respostas a questões que se inserem diretamente na esfera de responsabilidade da Universidade. Nessa reflexão, cabe perguntar: que alunos a nossa Universidade deve selecionar? Ou, em outras palavras, qual o perfil do aluno desejado pela UNESP? Com certeza, todos da UNESP gostaríamos que nossos alunos fossem multilíngües, soubessem exprimir-se muito bem em Língua Portuguesa e tivessem o domínio correto e perfeito de conhecimentos básicos em diferentes ciências. Trata-se, porém, de um limite ótimo, impossível, por enquanto, de se atingir.

Pondo os pés no chão e a cabeça no lugar, nos contentaríamos com alunos que soubessem falar e escrever bem o Português, tivessem alguma capacidade de leitura de língua estrangeira e gostassem, com verdadeiro entusiasmo, das artes e das humanidades, das ciências exatas e das ciências sociais e biológicas, em áreas para as quais se

dedicariam com afinco em seus estudos universitários. Em resumo, desejaríamos para nossa Universidade os melhores alunos, situados com espírito crítico, portanto cultos, no universo onde vivem.

Cada um de nós saberá desenhar com minúcias a figura esboçada com esse perfil genérico. De modo mais claro, professores de Língua Portuguesa e literaturas correspondentes, reunidos em simpósio promovido pela VUNESP, resumiram esse perfil em dois traços: capacidade de inteligência e de expressão. Articular idéias com coerência, relacioná-las por meio de comparações e associações, interpretá-las, observar o vínculo entre as informações e as formas de pensar o mundo, estabelecer coesão entre os elementos estruturais e expressar-se adequadamente — eis algumas características que se espera existirem nos alunos que buscam os cursos da UNESP.

Se a Universidade deseja tais alunos, têm-se elaborado provas para uma seleção adequada deles? Esta questão não pode ser respondida em espaço tão curto, porque se deve levar em conta, antes de tudo, o fato de ser a VUNESP

capital, como "uma prova seletiva, na medida certa para quem estudou".

Os resultados dos exames demonstraram essa adequação: das 4.208 vagas disponíveis, apenas 107 não foram preenchidas, em Pedagogia, Educação Física e Educação Artística, carreiras nas quais as condições do mercado de trabalho talvez tenham determinado a redução do número de candidatos com a necessária qualificação. A UNESP deverá estudar a melhor forma de aproveitamento dessas vagas remanescentes.

Resta tratar agora das falhas de ordem formal ocorridas no decorrer do concurso, às quais, possivelmente por inexplicável falta de assunto dos responsáveis pelos comentários sobre educação, foi dado desmesurado destaque em certos jornais.

É preciso, primeiramente, que o significado dos enganos ocorridos seja apreciado à vista do quadro geral, rico de pontos positivos, do último vestibular. Importa ainda observar que falhas da espécie têm ocorrido, com extensão variável e maior ou menor gravidade, nos vestibulares organizados por outras conceituadas instituições do país encarregadas da realização de vestibulares, devendo-se, tal ocorrência, em grande parte à limitação do número de pessoas que têm acesso às provas, tendo em vista a necessidade de garantir-se o sigilo das mesmas. Finalmente, seria supérfluo afirmar que a Universidade e a VUNESP deverão redobrar esforços no sentido do aprimoramento do vestibular. Esta tem sido uma preocupação constante da Fundação, em seu trabalho honesto e competente. De sua parte, a Universidade, por seus colegiados superiores, continuará a acompanhar cuidadosamente o processo, empenhando-se por torná-lo ainda melhor, a cada ano.

um instrumento de operacionalização de diretrizes e programas estabelecidos pela UNESP, por meio de decisões de seus colegiados superiores. Assim sendo, pode-se responder que a VUNESP faz o melhor possível, e cada vez com menos imperfeições, dentro dos limites estabelecidos; isto é, elabora os exames adequados. A pergunta desloca-se então para outra esfera: a Universidade está com o sistema adequado para a seleção dos alunos que deseja dentro de seus muros?

Trata-se de questão fundamental, cabendo à Universidade respondê-la por meio de estudos e debates e com uma análise ampla e profunda do atual sistema, para o levantamento de suas contradições e visando à sua melhoria ou à sua substituição. E o início desse trabalho importante já começou em 1989, modesta e firmemente, quando a VUNESP, com apoio da Reitoria, realizou o 1º Simpósio sobre Vestibular — VUNESP. Vale a pena dar continuidade à iniciativa, ampliando o número de participantes e de áreas, e convidando, para o diálogo, outras universidades e instituições. Saltaremos, então, das questiúnculas para as questões.



Restrição às contratações gera polêmica

Em estudo na Câmara dos Deputados, um anteprojeto que restringe o ingresso de docentes de outros países nas universidades recebe críticas de vários setores

A chegada à Câmara dos Deputados, em dezembro de 1989, do anteprojeto de Regime Jurídico Único (RJU) foi o ponto de partida de uma grande polêmica. Elaborado pela Secretaria de Planejamento (Seplan) do governo federal, o anteprojeto prevê, no seu artigo oitavo, que apenas brasileiros tenham acesso ao serviço público. Ao tomarem conhecimento da proposta os dirigentes das universidades públicas concluíram que, se for aprovada na sua redação original, essa medida os obrigará a fechar as portas à contratação de professores estrangeiros.

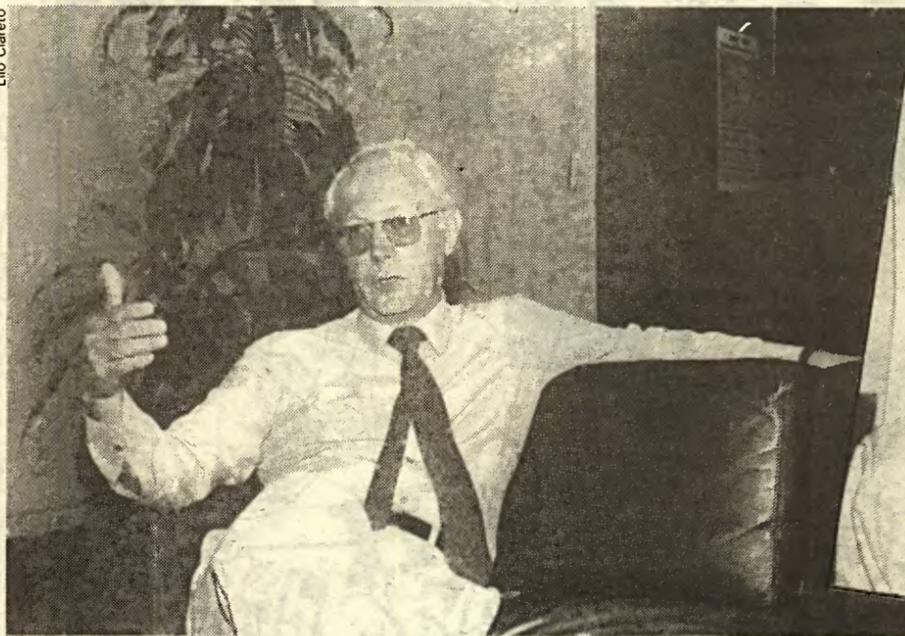
As reações do meio universitário contra esse item do anteprojeto foram quase imediatas. Na UNESP, uma reunião extraordinária do Conselho Universitário (C.O.), no dia 14 de dezembro, decidiu por unanimidade manifestar "enorme preocupação" pela possibilidade de a Universidade não contar mais com o saber de docentes de outros países. No dia 19, o reitor Paulo Milton Barbosa Landim enviou ao Congresso Federal e a outras entidades um telex em que contesta a interpretação dada pelo texto da Seplan ao artigo 37 da Constituição Federal, que aborda questões como o ingresso no funcionalismo público (veja quadro abaixo).

"Espero que os congressistas entendam que as universidades não podem prescindir de docentes estrangeiros", declara o professor Landim. A manutenção do alto nível de ensino, para o reitor, ficaria prejudicada se a escolha das administrações universitárias se restringir a uma lista de nomes que inclua apenas brasileiros natos ou naturalizados.

No entender do professor Landim, progresso científico não se faz sem um constante debate de idéias, "e isso só é possível com a participação de pessoas que tenham as mais diferentes formações". Um dos alimentos básicos desse debate, ainda de acordo com o reitor, são as propostas importadas com os cientistas vindos de países mais avançados. "Nossa situação lembra o que ocorre no campo da biologia, em que, se não houver miscigenação, não há avanço genético dos organismos", compara.

GARANTIA AO DOCENTE

Para que a UNESP se mantenha como os seres em constante aprimoramento na natureza, uma das medidas tomadas pela Reitoria foi a garantiada aos docentes estrangeiros já contratados de que suas perspectivas dentro da carreira serão mantidas. Isso foi assegurado num ofício circular de 4 de janeiro passado, que dá aos não-brasileiros vinculados à Universidade até 5 de outubro de 1988 — quando foi promulgada a nova Constituição — os mesmos direitos e deveres do restante do corpo docente. Dessa forma, eles poderão inclusive ser escolhidos para cargos como chefes e vice-chefes de



O reitor Landim, lembrando Lévis-Strauss: "docentes estrangeiros são imprescindíveis"



Lúcia Lodi, da Adunesp: xenofobia

departamento e coordenadores de curso de graduação ou pós-graduação.

Com a indefinição gerada pelo texto do artigo 37 da nova Carta, a UNESP suspendeu a contratação de estrangeiros por concurso. "Mesmo assim, eles continuam sendo convidados para trabalhar em caráter temporário em nossas unidades, como professores colaboradores ou visitantes", explica o reitor. Atualmente, entre docentes contratados em caráter definitivo ou temporário, a UNESP reúne 50 profissionais estrangeiros.

O anteprojeto em exame na Câmara também desagradou bastante Lúcia Lodi, presidente da Associação dos Docentes da UNESP (ADUNESP). "O artigo que impede a contratação de estrangeiros é xenofobo e desatualizado", critica Lúcia, acrescentando que a sua entidade promoverá manifestações de protesto para sensibilizar os parlamentares de Brasília.

Uma dessas manifestações vai ocorrer em meados de fevereiro, no IX Congresso da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes), quando a ADUNESP deverá apresentar uma pro-



Montenegro: benefícios da importação acadêmica

posta de repúdio à ameaça de restrição aos estrangeiros. "Toda a pressão será válida, porque a aprovação dessa medida representaria um desastre para as universidades", justifica Lúcia.

EXEMPLO FRANCÊS

Para a presidenta da ADUNESP, o

Reitor critica interpretação da Carta

O artigo 37 da Constituição, no seu inciso I, diz, textualmente, que "os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei". Em telex enviado ao Congresso Federal e a outras entidades no último dia 19 de dezembro, o reitor discorda da maneira como o anteprojeto interpreta a Constituição, proibindo a contratação de pesquisadores e docentes nascidos em outros países, o que criaria "uma ameaça ao desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil". O professor Landim acrescenta, na sua manifestação, que espera uma interpretação

"que se coadune mais com o espírito com que foi elaborada a Carta Magna".

A mensagem enviada aos congressistas propõe, no seu final, que no estudo dessa matéria, seja levada em conta a autonomia universitária, garantida pelo artigo 207 da Constituição. Nele ficou estabelecido que as instituições universitárias podem tomar suas próprias decisões nas áreas didático-científica, administrativa, financeira e patrimonial — o que envolveria a contratação de docentes e pesquisadores, embora com obediência aos princípios gerais da Carta.

Brasil corre o risco de ficar na contramão de uma tendência internacional de crescente intercâmbio no campo da ciência e tecnologia. A mesma advertência é feita pelo professor Landim, para quem os países desenvolvidos sempre tentaram atrair os pesquisadores que brilham em outras partes do mundo: "Boa parte dos prêmios Nobel e dos principais nomes das universidades dos Estados Unidos vieram de outros países", exemplifica.

Os Estados Unidos, aliás, foram um dos lugares onde Fernando Henrique Cardoso deu aulas na sua especialidade, as ciências sociais. Respeitado internacionalmente por sua produção acadêmica, com livros publicados em várias línguas, o atual senador pelo PSDB classifica como "absurda" a restrição à participação de docentes de outros países.

Fernando Henrique conheceu bem o sistema universitário da França, tendo trabalhado na Universidade de Paris e na École des Hautes Études, entre o final da década de 60 e o início dos anos 80. Ele assinala que o setor público francês também é reservado apenas aos nascidos no país: "Porém, no caso dos docentes universitários, foi criada uma categoria especial, a de *professeur associé*, que permite a contratação de pessoas de outras nacionalidades", esclarece. O senador recorda ainda que, nessa categoria, além dele, estavam outros intelectuais brasileiros de renome, como Celso Furtado e Luciano Martins.

SITUAÇÃO NOVA

O assistente jurídico da Seplan, Luiz Nonato Fernandes, sugere que, antes de qualquer crítica, se faça um estudo minucioso do anteprojeto, que tem cerca de 260 artigos. Um dos autores do texto, Fernandes garante que nelé não há uma





proibição ao ingresso de estrangeiros em universidades públicas, embora admita que ficaram mais restritas as alternativas de acesso desses professores.

“O artigo oitavo realmente define que o cidadão que trabalha para o Estado seja brasileiro; porém no artigo 247 está prevista a contratação temporária de estrangeiros pelas universidades”, analisa o advogado. O prazo de contratação de profissionais de outros países, ainda segundo Fernandes, seria de 12 meses para professores e de 24 meses para pesquisadores.

O objetivo do anteprojeto é modificar a situação atual do funcionalismo público, onde convivem o regime estatutário — em que os cargos oferecidos são ocupados exclusivamente por brasileiros — e o regime de CLT — com empregos que, antes da vigência da nova Constituição, podiam ser preenchidos por estrangeiros. Com a proposta criada pela Seplan, vigoraria apenas o regime de Estatuto, o que exclui automaticamente quem não nasceu no Brasil. “A exceção seriam justamente as contratações por tempo determinado, em casos excepcionais, como o das instituições universitárias”, explica Fernandes.

E como ficariam os docentes estrangeiros já contratados em definitivo? O assessor da Seplan assinala que o artigo 257 do anteprojeto garante a preservação dos direitos daqueles professores que já possuam estabilidade no seu emprego. “No entanto, eles não poderão ingressar na nova carreira elaborada para o funcionalismo público”, ressalva.

GRANDE COLABORAÇÃO

Se o futuro dos docentes estrangeiros no Brasil ainda não está totalmente definido, sua contribuição na história universitária nacional acumula muitos exemplos. O professor Landim cita o nome do alemão Heinz Ebert: “Esse professor teve participação decisiva na instalação do curso de Geologia do campus de Rio Claro”, ressalta. O caso da USP também é lembrado pelo reitor, que destaca a participação de nomes como Claude Lévi-Strauss na fundação da primeira universidade brasileira, na década de 30.

“A ciência se desenvolveu muito tardiamente em nosso país”, enfatiza Mario Montenegro, professor emérito da Faculdade de Medicina, do campus de Botucatu. “E quase sempre os núcleos iniciais de pesquisa se organizaram em torno de estrangeiros”, complementa. Para ilustrar sua tese, Montenegro recorre à imagem de uma árvore genealógica acadêmica, em que professores e pesquisadores brasileiros seriam os “descendentes” dos mestres vindos de outros países: “Os físicos Oscar Sala e César Lattes, por exemplo, são os ‘filhos’ dos docentes que ajudaram na fundação da USP”, compara.

Mudando o foco de sua análise do passado para o presente, Montenegro aponta o que é feito no Departamento de Patologia da Faculdade de Medicina, onde atua desde 1963: “Todos os anos nós trazemos pelo menos dois docentes

de outros países para acompanhar nosso trabalho”, afirma o professor, assinando que essa importação acadêmica traz benefícios como a criação de novas linhas de pesquisa. Um exemplo seriam os estudos no campo da imuno-histoquímica, que engloba métodos imunológicos que permitem diagnósticos específicos de tumores malignos e doenças infecciosas: “Essa é uma área nova, que

foi implantada em Botucatu graças a pesquisadores vindos do exterior”, explica.

Montenegro acredita que a técnica não é a principal contribuição trazida pelos docentes de outros países: “Nós podemos adquirir técnicas de outras maneiras, por exemplo, com o envio de gente para o exterior”; lembra, ressaltando que a característica mais valiosa

de um professor é a sua maneira de pensar: “As idéias e a postura do docente diante do laboratório se transformam num modelo a ser seguido”, argumenta. Para Montenegro, essa transmissão de uma atitude verdadeiramente científica torna imprescindível a presença contínua de estrangeiros no meio universitário brasileiro.

André Louzas

A valiosa contribuição dos que vêm de fora

Em 1978, aos 23 anos, o norte-americano John Boudler chegava ao Brasil, depois de aceitar o convite para tocar como timpanista na Orquestra

Sinfônica do Estado de São Paulo e ser professor do Instituto de Artes (IA) da UNESP. Em seus planos principais ele esperava estar de volta aos Estados Unidos em dois anos, mas esse prazo foi logo deixado de lado, em função do desafio que o músico decidiu enfrentar: “Eu me propus a fazer um trabalho de longo prazo na minha área, algo que, em geral, não existe no Brasil”, explica.

Após doze anos de atuação, os resultados colhidos por Boudler mostram que sua proposta foi vitoriosa. Sob a sua coordenação nasceu o Grupo de Percussão do IA, cuja qualidade rendeu conquistas como o 2º Prêmio Eldorado de Música, em 1986, e o Prêmio Lei Sarney, em 1988, além de convites para apresentações em vários países.

Porém, o atual vice-diretor do IA se confessa desestimulado com a ameaça de restrição ao trabalho de professores estrangeiros: “É duro pensar na hipótese de, aos 35 anos de idade, ver minha carreira universitária limitada”, desabafa. Boudler afirma que não tem planos definidos para o futuro, mas não pensa em se naturalizar: “O mérito do professor não depende do fato de ele ter ou não passaporte”, enfatiza.

Nascido no distante Sri Lanka, no sul da Ásia, Alagacone Sri Ranga já deu início a seu processo de naturalização: “Isso poder ajudar a minha efetivação na universidade”, alega Ranga, contratado como professor-colaborador do Instituto de Biociência, Letras e Ciências Exatas (IBILCE), do campus de São José do Rio Preto. No entanto, sua decisão também apresenta um lado afetivo: sua esposa e filha são brasileiras. “Gosto muito de viver e dar aulas aqui”, declara o professor, que chegou ao país



Clóvis Ferreira

John Boudler, do IA, 12 anos de Brasil: desestímulo

em 1985.

Ranga estudou na Inglaterra e na Escócia, especializando-se na área de matemática computacional. Hoje, seu grande sonho é estabelecer um convênio com a universidade escocesa de Saint Andrews, para a formação em Rio Preto de grupos de pesquisa no setor, inclusive com o envio de alunos para cursos de doutoramento, no exterior. “Há poucas pessoas no Brasil atuando no nosso campo, e a matemática computacional hoje tem aplicação em todos os setores da economia”, alega.

PREPARO DE ESPECIALISTAS

Embora pretenda se tornar brasileiro, Ranga acha fundamental manter um contato ininterrupto com outros países. Para dar andamento a seus projetos atuais ele vem trocando informações com pesquisadores dos Estados Unidos e Noruega e já viajou até a Escócia, no final de 1988, graças a um financiamento fornecido pela FAPESP.

Professor-assistente no Instituto de Física Teórica (IFT), Ngan André Bui Van também dá uma contribuição valiosa para que os pesquisadores brasileiros dominem tecnologias avançadas. Ele está envolvido num acordo de cooperação tecnológica entre o Brasil e a União Soviética, para o estudo de raios cósmicos — partículas de origem extraterrestre que interagem com a atmosfera do nosso planeta. A meta final do projeto — de que participam a UNESP e a Unicamp — é a construção de um telescópio de raios-x que será adaptado a um satéli-

te soviético.

“Na década de 90, o acesso ao espaço será fundamental”, resume Bui Van, um vietnamita naturalizado francês que hoje se empenha no preparo de um grupo de especialistas que ajudem o Brasil a ter um lugar na corrida espacial. Para isso, ele dará aulas na área de física experimental no IFT, onde ingressou em novembro de 1989. “Prefiro ser pesquisador do que professor, mas isso será necessário para que o projeto dê certo”, sustenta.

Estar diante de um grupo de estudantes não é sacrifício nenhum para Catherine Marie Mathieu, professora da Faculdade de Ciências e Letras (FCL), do campus de Araraquara. No Departamento de Economia desde 1986, ela transmite aos alunos a formação que recebeu na Sorbonne no campo da econometria (análise econômica baseada em dados estatísticos), uma área de estudo ainda pouco explorada no país. Catherine acha que ser francesa no Brasil tem suas vantagens: “Mantenho contato com pessoas e instituições do meu país, o que me ajuda, por exemplo, a conseguir livros e outros materiais para pesquisadores brasileiros”, garante. A professora lembra com humor que, de vez em quando, os alunos brincam com as dificuldades que ainda tem com a língua portuguesa, mas gosta do seu relacionamento com eles e assegura que está muito satisfeita com a opção que fez ao sair da França: “Peguei o vírus do Brasil”, diz ela, divertida. (A.L.)

Um ano de liberdade e responsabilidade

No primeiro aniversário da autonomia universitária, a UNESP mostra que venceu desafios com a gestão de suas finanças e a definição de uma política salarial

A autonomia universitária está completando um ano. Um período de grandes transformações, principalmente na área administrativa. Se a nova realidade possibilitou à UNESP — assim como às demais universidades estaduais paulistas, USP e Unicamp — gerir seus recursos, trouxe, por outro lado, a necessidade de uma mudança em sua postura para com a sociedade, voltada para uma maior transparência e cooperação. No campo didático-científico, que já era contemplado por certa autonomia, não houve grandes progressos, deixando transparecer que boa parte da Universidade ainda não se deu conta das dimensões da autonomia.

A autonomia universitária foi possibilitada a partir da promulgação da Constituição Federal, em outubro de 1988, mais precisamente através de seu artigo 207, onde consta que "As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial...". Posteriormente, o governador Orestes Quércia consolidou a medida através do decreto nº 29.598, de 2 de fevereiro de 1989, estabelecendo 8,4% da arrecadação do ICMS para as três universidades estaduais paulistas, divididos da seguinte maneira: 4,46% para a USP, 2% para a Unicamp e 1,94% para a UNESP.

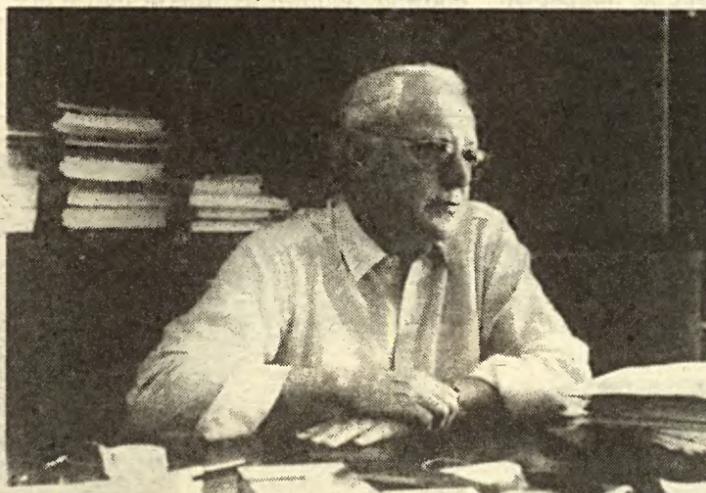
A divisão, que baseou-se numa retrospectiva histórica de repasse de recursos entre 1986 e 1988, acabou por prejudicar a UNESP por não considerar a encampação de Bauru, ocorrida em agosto de 1988. "A princípio, eu julgava que as verbas não dariam para desenvolver todos os projetos. No entanto, os repasses do ICMS cresceram em 1989 e houve também uma reforma tributária que ajudou a aumentar as quantias recolhidas. Porém, o percentual ainda não é o ideal", considera o reitor Paulo Milton Barbosa Landim. Com ele concorda o vice-reitor Arthur Roquete de Macedo: "A UNESP está em fase de implantação e crescimento e necessita dar um salto qualitativo. Sabemos que o crescimento do ICMS não será suficiente para que estes 1,94% supram as necessidades da Universidade", justifica.

Com o evento da autonomia universitária, alterou-se apenas o processo administrativo de repasse de verbas. Ao invés de a Secretaria da Fazenda pagar as contas apresentadas pela Universidade no dia de seu vencimento, passou a liberar parte da arrecadação do ICMS para que ela administrasse. No quarto dia útil de cada mês, a Secretaria libera 50% do total da verba e, do oitavo ao décimo quinto dia, os outros 50%.

Essa nova situação vem permitindo à UNESP aplicar seus recursos no mercado financeiro, através da Divisão de Valores do Estado de São Paulo (Divesp), uma corretora de valores do Banespa. Durante 1989, os recursos repassados pelo Estado à UNESP foram de NCz\$ 475,2 milhões e as aplicações somaram NCz\$ 55 milhões. "Mas essa receita financeira que a aplicação nos traz não é um ganho real. Serve apenas para impedir que o dinheiro desvalorize", diz o vice-reitor. "Se é preciso comprar alguma coisa, compramos. Se é preciso esperar, então aplicamos."

RESPONSABILIDADE E SALÁRIOS

Se a autonomia traz maior liberdade para administrar, traz também mais responsabilidade. Atualmente, há um envolvimento maior da comunidade no processo decisório, proporcionado em grande parte pelo novo estatuto, que descentralizou a administração dando aos órgãos colegiados maior auto-



O reitor prevê um aumento de 10% para docentes e funcionários



Para Arthur, as verbas cresceram, mas ainda são insuficientes

nia. "O comportamento dos órgãos colegiados está mudando. Quando pensamos em um projeto, nós averiguamos se teremos recursos para desenvolvê-lo", diz o reitor.

Segundo o professor Arthur, a comunidade vem se preocupando mais, inclusive com a contratação de pessoal. A folha de pagamento, hoje, representa cerca de 80% da verba destinada à Universidade. "A meta é baixar para 75% sem que isso determine um comprometimento dos níveis salariais", explica. "Com a autonomia, nós pudemos dar reajustes mensais para professores e funcionários. Para 1990, a proposta dos reitores das universidades estaduais paulistas é dar um aumento real de 10%", prevê o reitor.

Para a presidenta da ADUNESP-Associação dos Docentes da UNESP, Lúcia Lodi, a autonomia ainda não implicou uma política salarial adequada. "Não houve uma valorização do elemento fundamental dentro da Universidade, o produtor do saber, da cultura e da ciência, que é o docente", lamenta. "Os salários precisam ser melhorados pois estão aquém dos níveis de nossa qualificação." Para o presidente do SINTUNESP-Sindicato dos Trabalhadores da UNESP, Flávio Haddad, a política salarial para com os funcionários pouco se alterou. "A reposição dada em janeiro ficou longe de atender às nossas necessidades. Estamos ganhando menos da metade dos salários dos funcionários das universidades federais", ele constata.

SOCIEDADE

Segundo o reitor Paulo Landim, o funcionamento da Universidade deve ser regulado por decisões internas. Isso, porém, não significa que ela não precise prestar contas à socie-

dade. "O governador representa a sociedade e a autonomia concedida é uma demonstração do prestígio das universidades paulistas", diz o reitor. Para o vice-reitor, a sociedade deve passar a exigir mais da Universidade depois da autonomia. "Não só o desempenho acadêmico será cobrado, mas também de que maneira a universidade pública está direcionando seus recursos", afirma.

A UNESP deverá voltar suas atividades para uma maior prestação de serviços, através da cooperação com o setor produtivo e desenvolvimento de projetos de aplicação imediata. "Está sendo estudada a montagem de estruturas de captação de recursos em cada unidade, para a elaboração de novos projetos", lembra o pró-reitor de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários, Carlos Ruggiero. Porém, há outras atividades em desenvolvimento. "O Projeto Parceria (veja reportagem à página 12), que envolve a UNESP e as Prefeituras das cidades que sediam seus campus, é um dos exemplos de colaboração mais efetiva da Universidade para com a comunidade", diz Ruggiero.

ENSINO E PESQUISA

Apesar de estar abaixo das expectativas, o princípio da autonomia, na área do ensino e da pesquisa, também tem sido aplicado. "Já temos dois casos recentes de reflexos da autonomia didática: a extinção da disciplina de EPB e também de Educação Física como matéria obrigatória (veja reportagens à página 12)", diz Antônio César Perri de Carvalho, pró-reitor de Graduação.

Segundo Perri, um outro exemplo diz respeito à criação e implantação de novos cursos e ao oferecimento e supressão de vagas nos

vestibulares. O pró-reitor acredita que a autonomia didática venha sendo bem-encaminhada, embora falte ainda um envolvimento maior dos conselhos de cursos, congregações e órgãos colegiados em medidas que redundem em melhoria do ensino. "O grande entrave, até agora, tem sido a omissão, o corporativismo e o autoritarismo, principalmente nos conselhos de departamento, que têm condições de assumir mudanças mas não o fazem", constata.

No que se refere à pós-graduação e pesquisa, o pró-reitor Antônio Manoel dos Santos Silva manifesta as mesmas preocupações. Para ele, a Universidade não conseguiu se valer da autonomia no seu sentido mais amplo. "Há um certo medo de se basear na autonomia para criar cursos diferenciados, dinâmicos, de formação mais individualizada, com uma relação mais estreita entre orientador e orientado", avalia. "O que pode ser notado é que, indiretamente, a pesquisa foi beneficiada pela autonomia de gestão financeira, pois não foi paralisada por greves."

Ano dedicado ao ensino pela proposta de gestão do reitor, esse campo será priorizado no que diz respeito aos investimentos no exercício de 1990. "Nesse ano, uma das metas é a construção de novas instalações didáticas para abrigar novos equipamentos e pessoal", afirma o reitor Paulo Landim. "Se as universidades, hoje, podem fazer planos futuros, isso se deve, sem dúvida, à autonomia. Em meu segundo ano de mandato, posso afirmar que ela tem me deixado muito mais confiante no que diz respeito ao desenvolvimento da UNESP."

Denise Pellegrini Montes



Ruggiero: plano para captar recursos



Antônio Manoel: pesquisa foi beneficiada



Perri: omissão impede melhoria de ensino

Pesquisadores investigam a blastomicose

Para melhor conhecer e combater esse mal, 25 especialistas reuniram-se em torno de um grupo multidisciplinar, que atende cerca de 100 doentes por ano

De origem ainda não de todo esclarecida e de combate tão difícil quanto a pronúncia de seu nome, a paracoccidiodomicose ocupa lugar de destaque entre as endemias — doenças que atacam preferencialmente uma determinada região. Também conhecida como blastomicose sul-americana ou micose do capim, ela é uma das grandes inimigas do homem na região centro-sul do país e apontada como a mais importante endemia da área central do Estado de São Paulo.

A pesquisa e combate desse mal, que atinge quatro em cada milhão de pessoas, têm como uma de suas principais bases no Brasil o Grupo Multidisciplinar de Estudos sobre a Paracoccidiodomicose. A equipe foi formada em 1975 na antiga Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu (FCMB), que tinha como uma de suas diretrizes a interligação de suas diversas áreas. Essa mesma proposta é visível hoje na integração mantida pelos membros do Grupo, que atuam nas duas unidades nascidas da divisão da FCMB — a Faculdade de Medicina e o Instituto de Biociências, do campus de Botucatu.

Atualmente com cerca de 25 especialistas de diversos setores, a equipe registra em seu currículo, por exemplo, a organização dos dois primeiros encontros internacionais que trataram dessa endemia, realizados em 1979 e 1982, em Botucatu, reunindo estudiosos de vários países. Sob a responsabilidade desse núcleo também é editado regularmente um boletim com artigos e informações sobre a doença, cujos colaboradores e leitores se espalham por toda a América Latina e Estados Unidos.

“A UNESP adquiriu um prestígio internacional no estudo da doença”, confirma o professor Marcello de Franco, coordenador do Grupo e chefe do Departamento de Patologia da Faculdade de Medicina. Esse renome, segundo Franco, se traduz hoje na colaboração mantida com membros das universidades das cidades de Chiba, no Japão, e de San Antonio e Austin, nos Estados Unidos. Uma constante troca de informações também ocorre com especialistas da Argentina, Venezuela, Colômbia e outros países da América Latina — a única região do mundo onde a paracoccidiodomicose se manifesta.

Graças aos avanços que alcançou nesse campo, a UNESP de Botucatu com frequência recebe estagiários do Brasil e do exterior. Todos os casos confirmados da doença, na área central e sudoeste de São Paulo, também são encaminhados para o Hospital das Clínicas do campus. Lá, são atendidas cerca de 100 vítimas a cada ano, sendo que a metade delas são casos reincidentes. “A paracoccidiodomicose tem uma alta taxa de recaídas”, adverte o professor Franco, lembrando que por isso os doentes necessitam de um acompanhamento que pode se estender por vários anos (veja quadro abaixo).

TRABALHO DE EQUIPE

Observada pela primeira vez no país por Adolfo Lutz, em 1908, a endemia ainda apresenta muitos aspectos obscu-



Professor Franco, à frente da equipe: prestígio internacional à UNESP

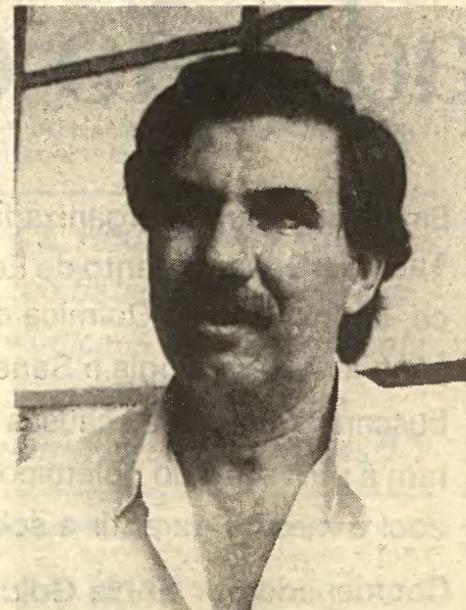
ros, embora seja investigada com afinco há vários anos. Não se sabe ao certo, por exemplo, o local onde vive e se reproduz o fungo causador da doença, o *Paracoccidioides brasiliensis* (que recebeu esse nome por ter sido identificado pioneiramente no Brasil, em 1930). “Supõe-se que esse organismo viva no solo e nas plantas”, assinala o professor.

Outro ponto que não está totalmente esclarecido é a forma como o fungo causador da doença se introduz no corpo humano. Franco assinala que as vias respiratórias são a possível porta de entrada do *Paracoccidioides*, já que ele afeta principalmente os pulmões. “No entanto, os fungos têm uma enorme facilidade de se espalhar também por todos os outros órgãos”, completa. A propagação da endemia no doente depende de vários fatores, que vão da debilidade do organismo em função de desnutrição, até o sexo da vítima — a doença afeta muito

mais homens do que mulheres. “Possivelmente, esse fato se dê porque os hormônios femininos impedem a instalação do fungo no organismo”, diz Franco.

Como se pode perceber, a paracoccidiodomicose representa um problema complexo. Para tratá-lo em todas as suas ramificações, a equipe reúne especialistas de radiologia, medicina nuclear, patologia, dermatologia, moléstias infecciosas, imunologia, genética e micologia (voltada para o estudo de fungos). Essas áreas envolvem grupos que pertencem à Faculdade de Medicina e ao Instituto de Biociências, além da Faculdade de Odontologia, do campus de Araraquara, que colabora no campo de microbiologia.

“Conseguimos superar nossas diferenças e unimos pessoas de vários departamentos e instituições para o tratamento da doença”, comemora Rinaldo Ponce Mendes, membro do Grupo e profes-



Rinaldo Mendes: trabalho de equipe

sor do Departamento de Moléstias Infecciosas e Parasitárias, Dermatologia e Radiologia, da Faculdade de Medicina. Entre os trabalhos que o seu departamento desenvolve com outros setores da equipe, Mendes aponta o estudo dos efeitos na defesa do organismo do doente, realizado em conjunto com pesquisadores da área de imunologia.

BONS RESULTADOS

O esforço coletivo ressaltado pelo professor Mendes teve como uma de suas conseqüências a publicação de aproximadamente 60 trabalhos, inclusive em outros países. Até o final de 1989, 17 dissertações e teses de mestrado e doutorado foram feitas a partir das atividades da equipe.

O Grupo Multidisciplinar se encarrega ainda de um amplo trabalho de campo em Pratânea, cidade próxima a Botucatu. Nessa localidade, há anos vem sendo organizada uma minuciosa coleta de informações sobre a saúde de praticamente todos os seus habitantes. “Descobrimos, entre outras coisas, que 80% da população local já foi exposta ao fungo”, diz o professor Franco. De posse desses dados, ele acredita que será mais fácil rastrear a origem dos casos futuros da doença na região.

As pesquisas já deram origem a produtos que ajudam no combate à endemia, como o “kit diagnóstico”, formado por uma placa com soro e antígeno (substância que provoca a formação de anticorpos). Laboratórios de diversas cidades paulistas empregam hoje o “kit”, para descobrir se uma pessoa é ou não portadora da doença.

O professor Franco concorda que ainda falta muito para erradicar-se a paracoccidiodomicose do Brasil, e assegura que os avanços no controle da doença só ocorrerão com a colaboração multidisciplinar entre pesquisadores brasileiros e latino-americanos. “Esse é um problema típico da América Latina, e somos nós mesmos que devemos resolvê-lo”, finaliza.

André Louzas

Os mistérios do fungo

Há muito ainda o que se pesquisar a respeito da blastomicose. Não se sabe ao certo, por exemplo, onde vive e como se reproduz o fungo causador do mal e tampouco como o homem contrai essa doença. Até seu diagnóstico encerra algumas dúvidas: por provocar sintomas como tosse, expectoração, febre e dificuldades respiratórias, a doença pode ser confundida com uma forte gripe e até mesmo com a tuberculose. A dúvida, nesse caso, só pode ser esclarecida em laboratório, com exames do escarro ou sangue do paciente. Como a blastomicose se manifesta através de feridas na pele ou na boca, sua presença pode ser confirmada igualmente por exames desses tecidos.

A blastomicose se caracteriza pela multiplicação do fungo *Paracoccidioides brasiliensis* no organismo, levado pela corrente sanguínea. O fungo se instala em vários órgãos, principalmente nos pul-

mões, devorando seus tecidos. Como defesa, o organismo provoca uma inflamação no local afetado. Todo esse processo acaba por comprometer o funcionamento do órgão atingido e, dependendo de sua evolução, pode debilitar ou até mesmo invalidar o doente para qualquer atividade.

O tratamento da blastomicose é feito à base de sulfas e de outros quimioterápicos, que inibem a propagação do fungo. Devido à altíssima taxa de recaídas, mesmo com o sucesso da medicação inicial os pacientes devem manter um tratamento preventivo, que pode durar até dois anos.

A blastomicose não é contagiosa e, portanto, não exige métodos de prevenção tão rigorosos como os de outras doenças. No caso, os especialistas recomendam principalmente uma boa higiene bucal, pois há fortes indícios de que as cáries facilitam a propagação do fungo.

(A.L.)

Especialistas discutem adoção do metanol

Em mesa-redonda organizada em São Paulo pelo **Jornal da UNESP**, as professoras Sâmia Tauk, do Departamento de Ecologia do Instituto de Biociências de Rio Claro, e Cecília Laluca, do Instituto de Química de Araraquara, junto ao Assessor Jurídico da Cetesb — Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental —, doutor Francisco Thomaz Van Acker, buscaram analisar as causas da crise no abastecimento de combustíveis líquidos e debateram a utilização do polêmico metanol para minimizar as conseqüências da escassez do álcool e mesmo garantir a sobrevivência do Proálcool.

Coordenado por Sônia Goldfeder e Paulo Velloso

Jornal da UNESP: Toda a polêmica em torno do uso do metanol adicionado ao álcool traz embutida uma questão que é anterior e diz respeito à criação do Projeto Proálcool e todos os problemas dela decorrentes. Gostariamos que a professora Cecília nos falasse um pouco sobre esse programa e seus desdobramentos.

Cecília Laluca: A adição de metanol à gasolina é um ato bastante antigo no Brasil, praticado desde a primeira metade do século. É preciso que se diga que o metanol pode ser misturado à gasolina em proporções de 20 a 22%, sem necessidade de ajuste dos volumes. A economia do Brasil foi grandemente afetada pela crise do petróleo, em 1975, e, como consequência direta, foi estabelecido o programa nacional do álcool, nesse mesmo ano. O principal objetivo desse programa foi reduzir a dependência em relação ao petróleo importado, utilizado para movimentar a frota de veículos. Uma vez que a cana-de-açúcar era cultivada em alta escala em muitas partes do país, decidiu-se que a fonte básica para o fabrico do etanol (álcool) seria o açúcar da cana. Um grande número de destilarias foram criadas e moinos foram transformados para produzir álcool. Assim, existem no país, atualmente, umas 400 destilarias autônomas e umas 200 anexas, que geram em torno de 1.000 a 9.000 empregos por destilaria, e temos mais de 4 milhões de veículos girando com metanol.

JU: O programa Proálcool, de qualquer forma, já nasceu debaixo de muitas críticas...

Sâmia Tauk: Nós questionamos na época o Proálcool pela falta de planejamento para sua implantação. Com os incentivos dados pelo governo aos produtores, houve a criação

de várias e grandes usinas. Na época, o que contestávamos era que, com a produção em grande escala de álcool, concentrado em um mesmo local, havia, paralelamente, a produção do resíduo dessas usinas.

“No Brasil, a busca de soluções alternativas é feita apressadamente, sem pesquisas científicas”

Sabendo-se que cada litro de etanol corresponde a 14 litros de vinhaça (ou vinhoto) — é assim que é chamado o resíduo líquido decorrente do processo de fermentação da cana — pode-se supor a enorme poluição conseqüente nos corpos de água da região. Mesmo a lei que foi promulgada pelo CONAMA-Conselho Nacional do Meio Ambiente, proibindo o lançamento da vinhaça nesses corpos d'água, não resolveu a questão. O acúmulo dessa vinhaça em lagoas de estabilização não evitou que esses resíduos fossem, realmente, para os corpos d'água, porque, com as chuvas, essas lagoas se rompiam; além disso, havia a penetração da vinhaça nos lençóis freáticos, contaminando-os. Mas esse não era um problema novo no Brasil. Na década de 50 já existiam cientistas preocupados com a poluição através da vinhaça, e como não houve incentivo para esse tipo de pesquisa, ela se interrompeu. Ai, como sempre ocorre nesse país, quando surge o problema não há na ciência subsídio para saná-lo. Mas o que eu queria mencionar é que junto com o Proálcool foi proposta também a criação de planos pilotos, especificamente o da CESP, para, através de fermenta-

ção de restos de madeira, se produzir metanol.

JU: E que resultados foram obtidos?

Sâmia: Tratava-se de mini-usinas já instaladas, com laboratório, e que foram, há uns dois ou três anos, fechadas porque não houve incentivos. Junto com o Proálcool também se procurou outras alternativas, além da cana-de-açúcar, para se produzir o etanol. Uma delas foi a mandioca, que não obteve sucesso devido à falta de mão-de-obra para o manejo da matéria-prima.

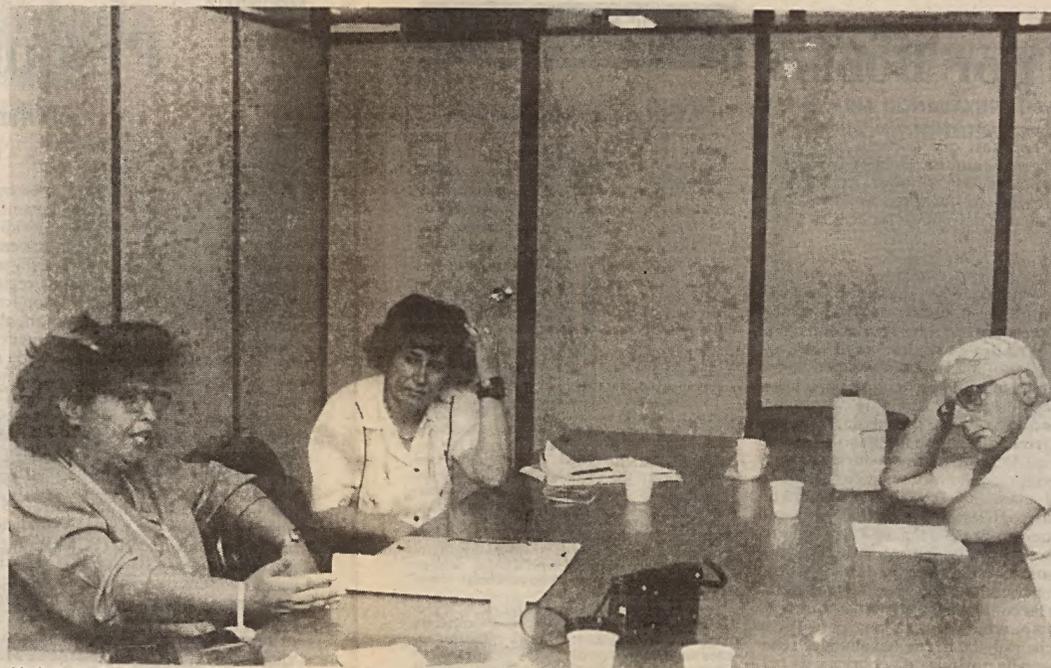
Cecília: Atualmente, em Mato Grosso, eles estão tentando extrair etanol da batata doce...

JU: Com tantas alternativas dentro do país, como chegamos a esse impasse que prevê o colapso na produção e distribuição do álcool?

Sâmia: Estamos nesse caos por falta de planejamento. Há incentivo, mas não há planejamento. Começou-se a produzir tantos carros, que a produção do álcool não tem sido suficiente para atender à demanda.

JU: Gostariamos que o dr. Van Acker retomasse a questão da antiguidade da discussão do metanol. Como a professora Sâmia já apontou, a possibilidade da mistura do metanol já apareceu desde o início do projeto Proálcool.

Van Acker: Correto. Desde o início do projeto Proálcool a vertente metanol foi aventada. Eu me lembro bem sobre o seguinte fato: era governador do Estado ainda Paulo Egydio Martins, no tempo do governo Geisel, e já a CESP tinha iniciado o primeiro projeto piloto para fabricar, a partir do metanol, combustível apropriado para máquinas mais pesadas. Essa vertente do metanol como uma forma de compor o combustível para veículo pesado acabou



Sâmia Tauk, Cecília Laluca e Van Acker: o metanol como forma de driblar a crise

totalmente desativada, como lembrou a professora Sâmia. Mas a idéia, a idéia primeira, usada como vertente da doutrina de segurança nacional, era criar um combustível nacional, alternativo, para que o Brasil não dependesse de qualquer importação energética para movimentar a sua frota.

JU: O que, na verdade, não deu certo, não é?

Van Acker: Segundo dizem, não teria dado certo porque, se o primeiro choque do petróleo foi muito grave, sob o aspecto econômico, a economia mundial acabou absorvendo esse custo. E o custo do álcool, pelo menos teoricamente, em princípio teria sido ainda maior do que o do petróleo importado. E isso tornou cada vez mais difícil o procedimento de um programa do tipo Proálcool, incluindo o metanol. Tanto assim que também se questiona, economicamente, se convém prosseguir esse projeto.

Cecília: Mas houve um ganho importante nessa história, porque o petróleo vai acabar e nós temos que estar preparados para isso.

Sâmia: Exatamente, essa é a idéia: nós estarmos preparados e não esperarmos chegar — como sempre se faz aqui — o caos para daí procurar alguma solução, pois estamos utilizando uma fonte de carbono (referência ao petróleo) que não é interminável. Ela um dia vai acabar. Só que no Brasil os incentivos a essa busca alternativa são feitos de forma imediatista e não englobam a pesquisa científica. O governo está mais preocupado com uma solução econômica do que com o aperfeiçoamento de um processo.

Van Acker: E porque não há pesquisas para se aperfeiçoarem motores...

Sâmia: Alguns ecologistas, na época

totalmente desativada, como lembrou a professora Sâmia. Mas a idéia, a idéia primeira, usada como vertente da doutrina de segurança nacional, era criar um combustível nacional, alternativo, para que o Brasil não dependesse de qualquer importação energética para movimentar a sua frota.

“Todo combustível é poluente. O que se precisa saber é o que polui menos, em determinada tecnologia”

JU: Idealmente, como deveria ser feita a utilização do metanol adicionado ao álcool?

Sâmia: Acho que deve ser importado e não deve exceder a 30% do que tem sido determinado na mistura com o álcool. Pois se não for colocada em prática essa ação imediata, pode acontecer que, com um gasto muito intenso das reservas — porque está se gastando hoje o que está na reserva, não o que está sendo produzido —, em um dado instante não haverá mais etanol para se misturar com metanol.

Cecília: Pessoalmente, acho um suicídio se fazer um programa de meta-

nol agora. Chega, vamos ficar com esse programa do etanol e solucionar, só como emergência, o problema, importando o metanol.

JU: Dr. Van Acker, se a adição de metanol ao álcool não traz tanto prejuízo quanto o que foi apregoado (o que provocou inclusive proibição judicial de seu uso), é uma questão política que está em jogo?

Van Acker: Não sei se é uma questão política. Evidentemente, o problema é polêmico, como o próprio Proálcool foi polêmico. Em primeiro lugar, porque todo e qualquer combustível é poluente: a gasolina é poluente, o carvão é poluente, a madeira é poluente. A única forma de energia utilizada, que não gera poluição, pelo menos poluição química, é a energia elétrica. Então, o que se precisa ver é o que polui mais, o que polui menos, dentro de determinada tecnologia. Essa atual discussão do metanol surgiu, em grande parte, porque todo programa energético brasileiro está em discussão e está, como disse a professora Sâmia, absolutamente sem nenhum projeto a médio prazo. Então, simplesmente, tapando buracos. É uma política de feijão com arroz, que é adotada para toda a realidade brasileira. Juridicamente, a única coisa que surgiu foi o problema de uma proibição municipal, em São Paulo, e uma proibição estadual, no Estado do Rio de Janeiro, a respeito do consumo do metanol. Daí se instaurou uma certa polêmica.

JU: O senhor acredita que essa proibição tenha sido precipitada?

Van Acker: Eu não sei se foi precipitada ou não, ela foi interessante sobre o ponto de vista de se discutir agora esse problema de competência. Eu acho que, na realidade, essas atitudes vão acabar sendo equacionadas em nível nacional. Não é possível que em nível de Estado ou em

nível de município se decida, em definitivo, sobre uma questão que não pode ser limitada ao interesse local nem ao interesse regional. Então, sem dúvida alguma, essas atitudes, tanto do Estado do Rio de Janeiro quanto da Prefeitura de São Paulo são, a meu ver, em última análise, antes de qualquer discussão sobre competência, medidas tampão para forçar uma discussão mais profunda sobre o problema, para se provocar uma solução em nível nacional.

JU: Mas não há casos de controle de poluição ambiental mais localizados?

Van Acker: É sempre difícil se ver a questão sob este prisma. Vou dar um exemplo. Houve uma experiência interessante na região metropolitana de São Paulo. Há tempos atrás, a CETESB, preocupada com a poluição ambiental no inverno, que é muito diferente da do verão, por causa das inversões térmicas, quis obrigar, e obrigou realmente, as 200 maiores indústrias utilizadoras de combustível, fontes estacionárias, a usarem óleo de baixo teor de enxofre, que é muito mais caro, durante o período que vai de maio a setembro. Porém, isso foi feito através de um entendimento prévio com a Petrobrás, porque não adianta eu dizer: 'você tem que usar óleo de baixo teor de enxofre', se ele não tem como comprar esse combustível. De maneira que a correta disciplina dessa matéria tem que ser feita através de um foro que é necessariamente nacional.

JU: Qual o perigo que o frentista corre hoje, quando tem contato direto, aspira, manuseia o metanol?

Cecília: Sem dúvida, é mais tóxico aspirar metanol do que etanol. **Sâmia:** E com a gasolina eu acredito que o problema seja o mesmo que com o metanol. Há riscos quando você fica aspirando a gasolina, só que isso não é amplamente registrado. Mas há casos de pessoas perdendo todas as células sensíveis do odor, por exemplo.

JU: Isso é que gostaríamos de registrar: quais seriam os riscos de uso, transporte e manipulação do metanol? São maiores do que os do etanol e os da gasolina? É procedente o perigo que está sendo anunciado? Ou, na verdade, existe uma outra questão embutida aí? Na verdade, o manuseio da gasolina também coloca em risco a saúde de quem a manipula?

Sâmia: Estou convencida de que o problema do metanol é igual ao da gasolina. Você já viu alguém beber gasolina e ficar em pé? Eu repito: todas as recomendações que estão sendo ministradas pela televisão deveriam — isso num país consciente, do ponto de vista educacional — já ter sido feitas como prevenção para o frentista que trabalha com a gasolina. No entanto, aqui não há cuidado nenhum quando alguém manipula gasolina, ou até aspira. Nós mesmos, às vezes, o fazemos para passar gasolina de um tanque para outro, mas apenas casualmente. Veja um frentista: ele está em constante risco. Vejam todos os perigos, todas as recomendações que estão sendo dadas. Por exemplo: se o metanol cair, escorrer no seu carro, você deve jogar água. Se a sua roupa estiver

molhada com metanol, você deve trocá-la imediatamente. Ora, se você tiver a sua roupa embebida com gasolina, qual é a recomendação? Você fica com a gasolina na roupa? É claro que não! Existe, sim, toxicidade do metanol. Se você compara o etanol com o metanol — e ambos são álcoois —, sem dúvida nenhuma o etanol não é tóxico, você tem um processo bioquímico de degradar esse álcool no organismo. Com o metanol, não, ele é letal em termos de toxicidade. Em termos de manipulação, os riscos são os mesmos para o metanol e a gasolina.

“ Houve gente que combateu o álcool, que prejudicaria o meio ambiente.

Sabe-se, hoje, que eram críticas infundadas ”

Van Acker: Sempre que aparece um produto novo e a informação é insuficiente, evidentemente instaura-se uma polêmica. Quando nasceu o Proálcool, dizia-se que o etanol seria mais cruento do que a gasolina. E claro, não é verdade. Mas houve gente que combateu o etanol por problemas de poluição ambiental, e se sabe perfeitamente, hoje, que a crítica não procedia. Mas havia um desconhecimento muito grande sobre o problema dos aldeídos...

JU: O que é aldeído?

Van Acker: É um tipo de poluente específico, produto de combustão do etanol. Na época do Proálcool também se falava: nós não sabemos o que acontece com os aldeídos etc... Só que, politicamente, era uma época mais fechada e a contestação estava mais oprimida. Mas, assim mesmo, chegou a haver contestação.

JU: O professor Jorge Wilhelm, secretário estadual do meio ambiente, em um artigo no jornal "O Estado de S. Paulo", escreveu que seria irresponsável, agora, diante dessa crise pontual que é fruto de uma desorganização da política energética como um todo no Brasil, se terminar com o Proálcool, como muitos estão propondo. Porque isso acarretaria a volta da dependência em relação ao petróleo importado...

Cecília: O Proálcool é uma válvula de escape que nós temos. O que precisamos é controle, planejamento, educação.

Sâmia: Precisamos preparar a população. Acho que falta um planejamento de uso de solo. Começar a questionar as regiões que vão produzir cana, por exemplo. Na minha opinião, deve-se continuar com o Proálcool. O que não elimina o surgimento da possibilidade de uma outra alternativa.

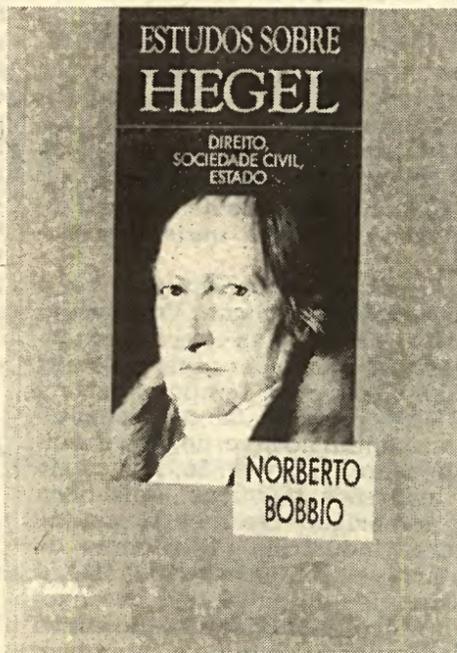
Cecília: Mas é preciso que se diga que o etanol já deu certo. Inclusive, no exterior o Proálcool é considerado um projeto vitorioso, é admirado e invejado. Eu sei que técnicos e cientistas estrangeiros estão vindo com muita tristeza e preocupação esse questionamento do Proálcool no Brasil.

Conservador, realista. Hegel, por Bobbio

Sem entusiasmo ou ilusões excessivas. Este o Hegel que nos revela aqui o pensador italiano Norberto Bobbio

Os ensaios que integram *Estudos Sobre Hegel — Direito, Sociedade Civil, Estado* (Editora UNESP e Editora Brasileira; tradução de Luiz Sérgio Henriques e Carlos Nelson Coutinho; 229 páginas; NCz\$ 340,00) foram escritos entre 1966 e 1979. Neles, longe de arriscar uma nova interpretação global a respeito da obra do grande filósofo alemão, Norberto Bobbio opera em detalhe, privilegiando o aspecto propriamente jurídico-político da filosofia hegeliana. Sua idéia-força afirma que Hegel, autor de uma teoria que repõe o Estado como momento positivo (e superior) do desenvolvimento histórico da humanidade, é um continuador da tradição jusnaturalista moderna iniciada com Hobbes — um continuador distinto e especial, posto que espelha ao mesmo tempo a dissolução e a plena realização daquela tradição.

Apenas a partir de Hegel, e em boa medida contra ele, é que as correntes vivas do pensamento político oitocentista — do socialismo utópico ao científico, do anarquismo ao liberalismo defensor do “Estado mínimo” — conseguiram



deslocar a imagem tradicional, passando a rebaixar o Estado a momento negativo do qual a humanidade precisaria se libertar.

Bobbio recusa a imagem que vê em Hegel o “teórico do Estado burguês”: a concepção antiprivatista e anti-individualista que preenche toda a filosofia política hegeliana conspira abertamente contra o cerne mesmo do liberalismo. O Hegel que nos é aqui revelado é bem

mais um conservador com fortes inclinações realistas, que “refreia o entusiasmo”, mas também permite que sejam desarmadas as “ilusões excessivas”, convencido de que todas as frases silenciam diante das “duras réplicas da história”.

Estudos Sobre Hegel — Direito, Sociedade Civil, Estado insere-se com muita oportunidade no espaço político e cultural brasileiro, onde prolifera um marxismo encorpado, mas sem boa impostação filosófica e sem ritmo dialético e onde impera uma tradição jurídica pouco atenta à filosofia e à contribuição hegeliana. Porém, como sempre ocorre com os textos de Norberto Bobbio, o presente livro não se limita ao plano estrito da teoria. Busca permanentemente o contraponto da política viva, a partir do qual seja possível revisitar os grandes dilemas contemporâneos. Num momento em que no Brasil o tema da crise e da reforma do Estado impregna todos os discursos, ao ponto mesmo de ganhar foro de lugar-comum e perder qualquer rigor, não há como deixar de saudar o livro de Bobbio, um estímulo a mais para que se revejam algumas das banalidades reiteradas pela dinâmica da política e da cultura nacionais.

Marco Aurélio Nogueira

Este texto foi originalmente escrito para a apresentação do livro *Estudos Sobre Hegel* e está impresso nas suas capas internas.

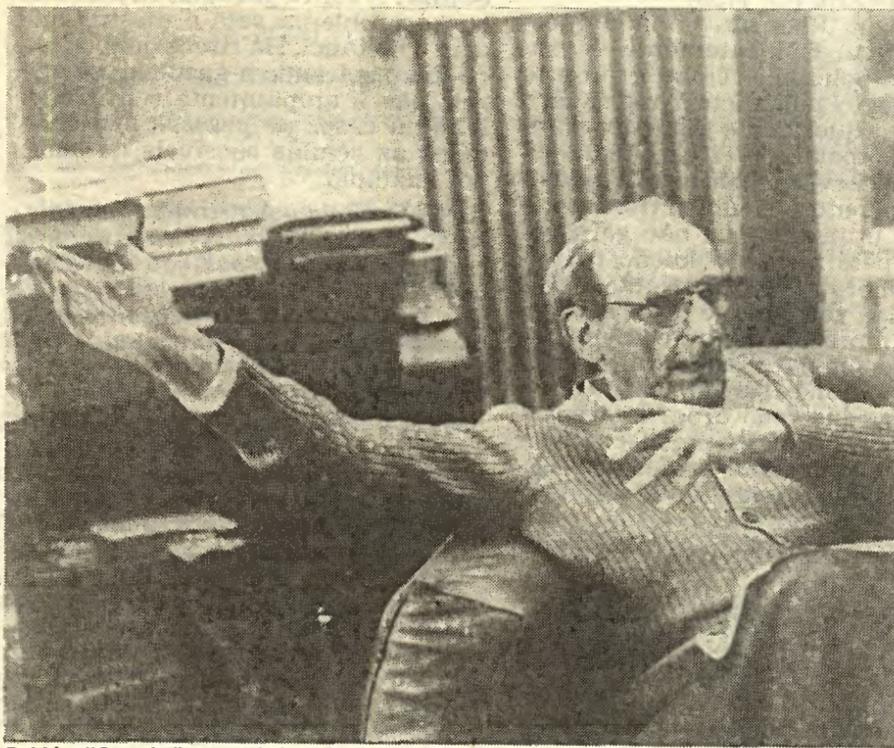
“Continuo lutando pelas idéias iluministas”

Italiano de Turim, 80 anos, recém-completados, Norberto Bobbio é considerado um dos grandes pensadores do século. Por ocasião de seu aniversário, a revista teórica da social-democracia alemã-ocidental, *Die Neue Gesellschaft*, publicou uma longa entrevista com Bobbio, onde o filósofo fala da aproximação que faz entre a concepção liberal e a tradição socialista. A seguir, alguns trechos dessa entrevista:

• **Sobre comunistas que recorrem às tradições liberais:** “Gostaria de obrigá-los a uma coerência intelectual maior. Se existe uma contradição histórica entre os direitos de origem liberal e a perspectiva socialista, então o Partido Comunista tem de declarar a sua mudança de rumo e trabalhar sua nova postura a partir daí, em vez de pretender apenas substituir seus ascendentes”.

• **Sobre as mudanças no Leste europeu:** “Veremos o que vai acontecer. De todo modo, o abraço entre a democracia e capitalismo parece ter sido até hoje bastante forte, sendo que o capitalismo foi o único sistema econômico tolerado pela democracia. Mas este abraço não poderia, a certa altura, ser mortal? Em um sistema econômico de mercado, em que tudo pode ser potencialmente transformado em mercadoria, também o voto está sujeito a este risco. Sendo assim, pode ser que o capitalismo leve à degeneração da democracia”.

• **Sobre o moderno e o pós-moderno:** “Em relação aos pós-modernos,



Bobbio: “O capitalismo pode levar à degeneração da democracia”

talvez eu tenha ficado fora de moda. Nem por isso renegarei minhas convicções iluministas. A ‘nova’ atualidade de Heidegger, aos olhos de pessoas que certamente não são de direita, é, se porventura existir, motivada pela crítica de Heidegger sobre a sociedade tecnológica. É interessante observar, contudo, que Heidegger, indubitavelmente

um nazista, apoiou um partido disposto a aplicar a técnica moderna da maneira mais devastadora. Além disso, os pós-modernos sustentam que a idéia do progresso está enterrada, talvez para sempre (...). Consigo entender a desilusão que fica a montante dos pós-modernos. Continuo, porém, a lutar pelas idéias do iluminismo”.

LANÇAMENTOS DE DOCENTES

Além do giz e da saliva

Lançado há pouco como parte integrante da coleção “Na Sala de Aula”, *Experiências de Ciências Para o 1º Grau* (Editora Ática, 232 páginas, NCz\$ 167,00), de Alberto Gaspar, é a materialização de uma proposta que visa dar ao professor recursos e apoio para que ele possa introduzir a experimentação em sua prática didática.

Licenciado em Física pelo Instituto de Física da USP, onde é mestre em Ensino de Física, e professor de Física na UNESP (campus de Guaratinguetá), Alberto Gaspar redigiu seu livro com base na experiência adquirida no Centro Interdisciplinar de Ciências (CIC) de Cruzeiro, que coordena, desde setembro de 1984. Como anota o autor na apresentação do livro, “nos CICs se oferece uma estrutura de apoio permanente a alunos e professores para a realização de atividades experimentais. Se não há atividade experimental, resta ao professor saliva e giz, e ao aluno cabe ouvir, copiar e memorizar”.

Em seis capítulos fartamente ilustrados, o professor Gaspar aborda atividades experimentais envolvendo o ar, a água, os sólidos, a energia e a sucata, totalizando 56 experiências. *Experiências de Ciências para o 1º Grau* é, sem dúvida, obra de inestimável valor para todos os professores da área.



Os dentes passados em revista

Criada entre 1979 e 1980, com a fusão das revistas das Faculdades de Odontologia de Araçatuba, Araraquara e São José dos Campos, a *Revista de Odontologia*, publicada pela Editora UNESP, com periodicidade semestral, apresenta trabalhos inéditos de investigação científica ou revisões significativas que representem contribuição efetiva para a área

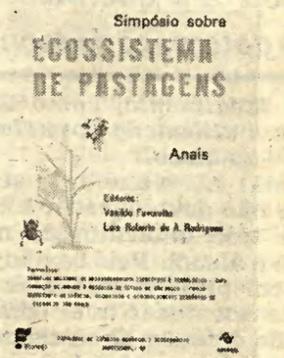
de odontologia. Assim, em seu 18º volume (340 páginas), a publicação traz artigos abordando temas como reimplantes, a influência do ácido nicotínico sobre a cárie, estudos sobre seis marcas de escovas dentárias e pesquisa sobre a manutenção da saúde bucal em populações de baixa renda. Correspondência e artigos para publicação devem ser encaminhados à *Revista de Odontologia da UNESP*, Faculdade de Odontologia, à rua José Bonifácio, 1.193. CEP 16100 — Araçatuba — SP.



A ecologia dos pastos

Reunindo as palestras proferidas no Simpósio sobre Ecossistema de Pastagens, realizado entre 29 e 31 de agosto passado, na Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias (FCAV), campus de Jaboticabal, a FUNEP lançou o livro *Ecossistema de Pastagens* (313 páginas). Editado pelos professores Vanildo Favoretto e

Luis Roberto Rodrigues, o volume registra temas como o papel das pastagens, a ecologia de plantas invasoras, biologia de pragas e aspectos biológicos e econômicos da adubação. Os interessados na aquisição do livro devem escrever para Fundação de Estudos e Pesquisas em Agronomia, Medicina Veterinária e Zootecnia — FUNEP; Rod. Carlos Tonanni, km 5. CEP 14870 — Jaboticabal, SP.



Editora UNESP lança Enciclopédia

Universidade marca presença nas comemorações do centenário da Revolução Francesa, resgatando obra clássica do século XVIII

Considerado por vários órgãos de imprensa, críticos e intelectuais como um dos mais importantes empreendimentos editoriais da década, o lançamento da *Enciclopédia*, publicada originalmente entre 1751 e 1772 e tida como a obra máxima do Iluminismo, foi oficialmente realizado no último dia 12 de dezembro, em evento promovido pela UNESP, na Biblioteca Municipal Mário de Andrade, em São Paulo. Na ocasião, estiveram expostos exemplares originais da primeira e terceira edições da *Encyclopédie* e houve apresentações musicais de peças típicas do século XVIII, executadas pelo Conjunto de Instrumentos Antigos do Instituto de Artes (IA) da UNESP.

A festa de lançamento reuniu cerca de 150 pessoas e contou com as presenças do reitor da UNESP, professor Paulo Milton Barbosa Landim; do pró-reitor de Graduação, professor Antônio César Perri de Carvalho; do diretor da Fundação para o Desenvolvimento da UNESP (Fundunesp), professor Jorge Nagle; do diretor do Centro Brasileiro de Estudos e Formação para o Desenvolvimento (Cebraef), professor Nilo Odália; e do chefe de gabinete do reitor, professor Guilherme Corrêa de Toledo. Representando a Editora UNESP, estiveram presentes o seu diretor, professor Marco Aurélio Nogueira, e o editor-executivo e coordenador do projeto da *Enciclopédia*, professor José Castilho Marques Neto.

De acordo com o professor Marco Aurélio, a publicação da *Enciclopédia* é um verdadeiro marco para a Editora UNESP. Ele des-

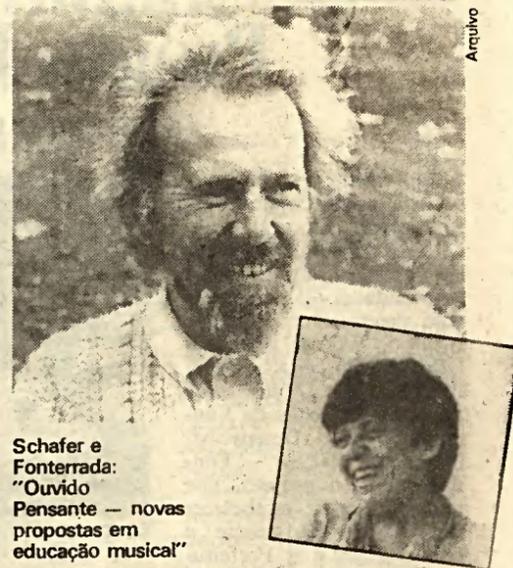


O lançamento, na Biblioteca Mário de Andrade: ótima repercussão

taca, entre os pontos altos da edição, a qualidade da tradução, "que teve de enfrentar as dificuldades de verter para o português atual a língua francesa do século XVIII". Na sua opinião, o lançamento serviu para marcar a presença da UNESP nos debates sobre a Revolução Francesa, cujo bicentenário foi comemorado em 1989. Além disso, segundo ele, foram cumpridos os objetivos básicos da Editora: "Nós temos a preocupação de resgatar obras clássicas do pensamento e, ao

mesmo tempo, de reforçar o papel que a razão desempenha no mundo de hoje", afirma.

Satisfeito com a ótima repercussão que o livro vem tendo, Castilho considera a publicação da *Enciclopédia* um importante acontecimento editorial. "Embora inédita no país, esta obra influenciou vários acontecimentos da história brasileira como, por exemplo, a Proclamação da República", lembra.



Schafer e Fonterrada: "Ouvido Pensante" — novas propostas em educação musical"

O resgate da sensibilidade auditiva

O compositor R. Murray Schafer é um dos maiores nomes da música de vanguarda canadense. Mas a sua primeira visita ao Brasil está relacionada a um outro aspecto de suas múltiplas atividades: a preocupação com o ambiente sonoro contemporâneo e o desenvolvimento da sensibilidade auditiva das pessoas. Esses são os temas básicos do curso de extensão denominado "Ouvido pensante — novas propostas em educação musical", que ele ministrará entre os próximos dias 19 e 23 de fevereiro nas oficinas Culturais Oswald de Andrade (antiga Três Rios, à rua Três Rios, 363), com iniciativa do Instituto de Artes (IA) da UNESP e com o apoio da embaixada e do consulado-geral do Canadá em São Paulo.

"Schafer tenta recuperar a sensibilidade auditiva que o homem moderno está perdendo por causa da massa sonora do mundo atual", esclarece Marisa Fonterrada, professora do Departamento de Música do IA. Entusiasta do trabalho de Schafer, Fonterrada o conheceu pessoalmente em 1988, devido às pesquisas que ela também desenvolve no campo da educação musical, e foi a principal responsável pela vinda do compositor ao Brasil.

De acordo com a professora, o curso — que terá um total de 30 horas — não vai se prender a questões teóricas: "Será um laboratório, com discussões sobre as experiências sonoras que forem realizadas", explica. Fonterrada lembra ainda que os temas vão girar em torno das preocupações básicas do autor, como a organização de sons e o uso não convencional da voz. As aulas serão dadas em inglês, com traduções consecutivas.

Além do curso, Schafer dará uma conferência, utilizando gravador, vídeo e projetor de filmes, para mostrar alguns de seus trabalhos. Para Fonterrada, essa apresentação será importante porque, apesar de seu prestígio internacional, o compositor é pouco conhecido entre os brasileiros. "Nenhum de seus discos ou livros foram lançados por aqui", ela lamenta. Embora interesse principalmente a músicos, professores e estudantes ligados à educação musical, o curso estará aberto ao público de outras áreas. "Para Schafer, todas as pessoas são músicos", comenta a professora.

As inscrições para as 50 vagas podem ser feitas, entre 22 de janeiro e 10 de fevereiro, na Seção de Graduação do IA. Maiores informações podem ser obtidas pelo telefone (011) 274-4733.

Canabraba, em sessões gratuitas

Realizado em 1987, o documentário em curta-metragem *Canabraba — A Necessidade da Expressão* conta a história de dois bóias-frias da região de Sales de Oliveira, cidade próxima a Ribeirão Preto. Descendentes de imigrantes italianos e analfabetos, os dois aproveitam o pouco tempo livre que têm, à noite, para pintar os temas que vivem em seu cotidiano.

Com pouco menos de 12 minutos de duração, o filme tem um currículo respeitável. Em 1987 ganhou o concurso de roteiro da Embrafilme (que, por isso, custeou 76% de seus custos) e, em 1988, venceu os prêmios de melhor curta de 35mm e melhor trilha sonora (de Caito Marcondes e Renato Teixeira), no Rio Cine Festival. *Canabraba* recebeu ainda o atestado de qualidade do Concine, em 1988, e foi escolhido entre os representantes do Brasil no Festival Internacional de Cinema de Havana, em Cuba.

Baseado na tese de doutorado do professor Romildo Sant'Anna, do Departamento de Teoria Lingüística e Literária do IBILCE, campus de São José do Rio Preto (que, com Reinaldo Volpato, assina ainda o argumento, roteiro, direção e montagem),

Canabraba — A Necessidade da Expressão foi exibido em vários estados do país. Quem, ainda assim, não pôde vê-lo em sua carreira comercial, tem agora uma oportunidade imperdível de assisti-lo em VHS ou em 16mm.



Canabraba: dois bóias-frias retratam seu cotidiano

As cópias podem ser cedidas para qualquer campus da Universidade — basta escrever ou telefonar para o Laboratório de Recursos Audiovisuais da UNESP/São José do Rio Preto, à rua Cristovão Colombo, 2265, CEP 15100. Tel: (0172) 32-4176.

Crítica premia livro sobre Cabral e Miró

Inteiramente voltado para as revisões das provas de sua tese de doutoramento, *Laocoonte Revisitado — Tratado de Estética Comparada*, que a Editora Companhia das Letras deve lançar em março próximo, o professor Aguinaldo Gonçalves, do Instituto de Biociências e Ciências Exatas (IBILCE), campus de São José do Rio Preto, foi pego de surpresa com a premiação da Associação Paulista de Críticos de Artes (APCA), que elegeu seu livro *Transição e Permanência* como o melhor ensaio literário do ano. "Acabei sabendo da premiação através de um telegrama de felicitação do reitor", diz.

O livro de Aguinaldo Gonçalves aborda as obras do poeta nordestino João Cabral de Melo Neto e a do pintor catalão Joan Miró, aproximando-as e identificando pontos de contato entre elas. E, embora o autor tenha se esforçado para encontrar uma linguagem acessível, o resultado final mantém algumas dificuldades para o público não especializado. "Por isso, o bom trânsito que o livro tem tido também fora das universidades é uma agradável surpresa", comenta Gonçalves. De fato, como informa o editor Paulo de Tarso Siqueira Abrão, da Iluminuras, *Transição e Permanência* já vendeu, desde que foi lançado, em outubro último, pelo menos metade de sua tiragem de 2 mil exemplares.

Além de *Laocoonte Revisitado*, que remonta à obra crítica de Lessing, *Os Limites da Pintura e da Poesia*, o professor Aguinaldo deve lançar, também este ano, um volume reunindo textos críticos do poeta Charles Baudelaire e assinar o estudo *Valéry e as Artes*, que será incluído em uma antologia de Paul Valéry, ambos da Editora Iluminuras.

A divulgação dos prêmios da APCA foi feita no último dia 10 de janeiro e contempla 11 categorias na área das artes e espetáculos. Os troféus — módulos de bronze e um diploma — serão entregues no dia 16 de abril, no Teatro Municipal de São Paulo.

Projeto Parceria orienta Prefeituras

A proposta prevê o repasse de informações aos municípios

Como forma de repassar à sociedade seus conhecimentos e colocar em prática um de seus principais objetivos — a prestação de serviços à comunidade —, a UNESP vem desenvolvendo, desde o último mês de março, o "Projeto Parceria". Coordenado pela Diretoria de Projetos Especiais da Fundação para o Desenvolvimento da UNESP — Fundunesp — o projeto, que tem por meta estabelecer uma cooperação entre a Universidade e as Prefeituras das cidades que sediam seus campus, chega a uma nova fase. Integrado atualmente à Pró-Reitoria de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários, após um amplo levantamento de prioridades junto às administrações municipais, o "Projeto Parceria" parte agora para a definição, nas unidades universitárias, de possíveis áreas de atuação.



Equipe reunida: hora de definir áreas de atuação

A ideia de a UNESP participar de uma iniciativa desse tipo não é nova. Segundo o professor Amilton Ferreira, coordenador do projeto, a preocupação com a prestação de serviços remonta à gestão do reitor Jorge Nagle. "Essa ideia foi consubstanciada no novo estatuto, onde consta que a UNESP deve articular-se com a comunidade no desenvolvimento de suas atividades acadêmicas, inclusive através da prestação de serviços", lembra Amilton. Conforme o professor, o que ocorre atualmente, em termos de extensão, são projetos mais individualizados. "São atividades relacionadas, na maioria das vezes, a pesquisas desenvolvidas por docentes", diz.

O projeto da Reitoria, como admite seu coordenador, não é inédito, mas tem aspectos inovadores: "A Unicamp, por exemplo, já desenvolve uma atividade desse tipo, mas lá partiu-se do que os docentes tinham a oferecer às Prefeituras. A UNESP, ao contrário, seguiu o caminho inverso, partindo das necessidades dos municípios", explica Amilton.

Em sua primeira etapa, o "Projeto Parceria" envolveu, além do coordenador, o pró-

fessor Fausto Foresti, da Assessoria Técnica de Gabinete, os sociólogos Maria do Carmo Pichinin e Antônio Lázaro de Almeida Prado e o arquiteto Hêlvio Guateli. A equipe visitou quatorze cidades onde a UNESP mantém unidades — Araçatuba, Araraquara, Assis, Bauru, Botucatu, Franca, Guaratinguetá, Ilha Solteira (Pereira Barreto), Jaboticabal, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro, São José do Rio Preto e São José dos Campos — durante os meses de maio, julho e agosto. Em seguida, as necessidades apuradas foram analisadas e divididas por áreas como saneamento e meio ambiente, administração e finanças, planejamento urbano e transportes, habitação etc. Nessas análises, foram consideradas as carências mais críticas e as características sócio-econômicas dos municípios. "Consideramos ainda o fato de as administrações estarem em seu primeiro ano de mandato, encontrando um período de grandes transformações, com as novas constituições federal e estadual, além da lei orgânica dos municípios, em fase de elaboração", lembra Hêlvio Guateli.

REPASSE DE POTENCIAL

Paulo Kawauchi, vice-prefeito de Bauru, acredita que o "Projeto Parceria" é uma iniciativa vital para ambas as partes envolvidas. "Nós solicitamos, inclusive, que o Departamento de Arquitetura da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação nos auxiliasse na elaboração do Plano Diretor da

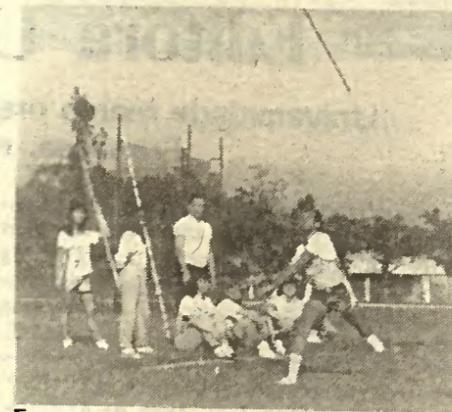
cidade", garante. "A presença de um curso desse tipo aqui é importantíssima para a região noroeste do Estado, principalmente no que tange à área do desenvolvimento urbano."

Para o prefeito de Jaboticabal, José Giacomo Baccarin, que já tem firmado alguns convênios com a Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, o retorno que a Prefeitura obtém com essas atividades é muito bom. "Prendemos estreitar cada vez mais os contatos com a Universidade, que tem um grande potencial técnico, normalmente pouco explorado pelas administrações", afirma. Com ele concorda o professor Carlos Ruggiero, pró-reitor de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários. "Na Universidade há todo um conhecimento que pode ser repassado às administrações municipais no sentido de solucionar alguns de seus problemas", considera. "Mas é muito importante que haja o engajamento de toda a UNESP no projeto para que ele tenha sucesso."

Em reunião realizada na Reitoria, em 16 de janeiro último, definiu-se que, em janeiro, todas as unidades receberiam um resumo do projeto e da situação em que se encontram os municípios.

Nos dias 5 e 6 de março, deverão ser realizadas duas reuniões regionais, incluindo a Pró-Reitoria, os vice-diretores das unidades universitárias e suas Comissões de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários, para que sejam enumeradas as áreas em que os docentes se propõem a atuar.

A equipe já definiu alguns pontos para o início do projeto em sua fase prática. A realização de cursos no sentido de promover o aperfeiçoamento, atualização e treinamento de recursos humanos, abrangendo temas como as novas normas constitucionais, saúde pública, educação e saneamento é um deles. Uma segunda atividade seria a realização de seminários de desenvolvimento em cinco pólos regionais: São José do Rio Preto ou Franca, Bauru, Presidente Prudente, São José dos Campos e Araraquara. "Seriam seminários de curta duração, sobre o desenvolvimento regional, que serviriam para nortear o prosseguimento das atividades", explica Hêlvio Guateli.



Esportes: agora, voluntários

Educação Física, opcional

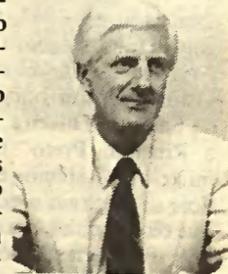
Valendo-se mais uma vez do princípio da autonomia universitária, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária (CEPE), em sessão do dia 30 de janeiro último, aprovou por unanimidade a extinção da Educação Física como disciplina obrigatória nos cursos ministrados pela UNESP. A partir deste ano vão existir apenas atividades desportivas voluntárias, sujeitas a programações elaboradas pela Comissão de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários e aprovada pela Congregação da unidade.

A prática da Educação Física foi tornada obrigatória através do decreto nº 69.450 de 1º de novembro de 1971, durante o governo do presidente Medici. Segundo o pró-reitor de Graduação, professor Antônio César Perri de Carvalho, autor da proposta aprovada pelo CEPE, a obrigatoriedade não levou a resultado positivo algum. "Não houve estímulo à prática desportiva. Ao contrário, muitos alunos se utilizavam de várias tentativas de dispensa e aproveitavam todas as faltas possíveis", afirma Perri.

Cabe agora ao Conselho de Administração e Desenvolvimento (CADE) estudar a situação funcional dos instrutores de Educação Física para que ela seja adequada às novas circunstâncias.

Toma posse novo secretário

No último dia 5 de fevereiro tomou posse do cargo de secretário geral, na Reitoria, o professor Darvin Beig, do Departamento de Biologia do Instituto de Biociências do Campus de Rio Claro. O novo secretário, indicado pelo reitor Paulo Milton Barbosa Landim, substituiu o professor Ademar Freire-Maia, docente da pós-graduação do Instituto de Biociências do campus de Botucatu.



Darvin Beig

O professor Darvin, que está na UNESP há 26 anos — fez sua graduação, mestrado e doutorado em Rio Claro —, ministra aulas nos cursos de graduação e pós-graduação em Ciências Biológicas e, durante os últimos três anos, foi diretor técnico acadêmico de sua unidade. Entre suas novas atribuições estão assessorar as Pró-Reitorias e as Comissões Centrais de Graduação, de Pós-Graduação e Pesquisa e de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários. "Preto dar continuidade ao bom trabalho desenvolvido pelo professor Freire-Maia", disse Darvin.

O professor Ademar Freire-Maia, por sua vez, assumiu, na mesma data, o cargo de assessor de Relações Internacionais, também por indicação do reitor. Freire-Maia, que foi secretário geral por quase cinco anos, assume agora a responsabilidade de estreitar relações entre a UNESP e instituições estrangeiras. "Devemos, entre outras coisas, entrar em contato com universidades estrangeiras para podermos receber pesquisadores em nossos laboratórios, além de incentivar os pesquisadores daqui a irem para o exterior", explicou.

DISCIPLINA

Conselho extingue EPB em todos os cursos

Por unanimidade, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária (CEPE) extinguiu, no último dia 12 de dezembro, a disciplina de Estudo de Problemas Brasileiros em todos os cursos da UNESP. A medida se baseou no parecer do relator, Romildo Sant'Anna, professor do Departamento de Teoria Lingüística e Literária do IBILCE, campus de São José do Rio Preto, que justificou sua opinião: "EPB é um exemplo típico da mentalidade do regime militar, implantada para disseminar a doutrina de Segurança Nacional, que nada tem a ver com o espírito universitário e com os novos tempos vividos pelo país", comenta.

Considerada como "biônica" por Sant'Anna, a disciplina foi criada pelo decreto-lei nº 869, que se baseou no Ato Inconstitucional nº 5. Apesar de obrigatória, EPB não é computada na carga horária dos cursos e não possui um professor responsável por seu conteúdo, tendo somente um "coordenador", encarregado de convidar pessoas que fazem palestras para os estudantes.

Para Sant'Anna, as características de EPB criam uma situação estranha: "O professor finge que essa disciplina tem alguma importância, enquanto o aluno finge que dá importância ao que está sendo apresentado", ironiza.

O fim do ensino de EPB na UNESP trará,

segundo Sant'Anna, boas conseqüências pedagógicas. "Agora, haverá horário disponível para outras matérias da área de Humanas que não tenham o mesmo significado autoritário da que foi extinta." Como sugestões de disciplinas que poderiam discutir os problemas da sociedade brasileira e assuntos semelhantes, ele cita a Sociologia, Antropologia e Estética e a História da Arte.

PELA AUTONOMIA

Um dos principais argumentos usados pelo professor em seu parecer foi a defesa do princípio de autonomia universitária. A autonomia é garantida pela atual Constituição que, no seu artigo 207, prevê que as universidades "obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão". Com base no artigo, Sant'Anna apontou uma dissociação entre EPB e as regras básicas de funcionamento da UNESP. Segundo ele, essa disciplina está voltada para formar indivíduos de direção para assuntos de segurança nacional. "Como a UNESP não tem cursos nessa área, EPB entrava em choque com a estrutura didático-científica da Universidade", explica.

O relator considera que a decisão foi, do ponto de vista político, "uma ruptura com o passado". Ele também faz questão de destacar o comportamento do CEPE: "A Comis-

são deliberou autonomamente, segundo suas atribuições", ressalta.

Com essa resolução, a UNESP se junta ao grupo de universidades que já tomaram a mesma medida, como a USP, a Universidade Federal Fluminense, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro e a Universidade Federal de Minas Gerais. A decisão também reforça a solicitação feita no IV Encontro Nacional de Pró-Reitores de Graduação, realizado em setembro de 1989, em Ouro Preto (MG), para que fosse revogado o decreto-lei 869.

Sant'Anna acredita que, com a posição assumida pela UNESP, a solicitação dos pró-reitores ganha mais um reforço. Essa opinião, aliás, já havia sido defendida em seu parecer, onde o relator lembrou que "muitas práticas sociais se antecipam às leis".

Para o relator, a aprovação da medida "veio até com certo atraso". Ele argumenta que a UNESP, como Universidade, deve assumir uma posição de vanguarda: "Como produtora de conhecimentos, ela deveria se antecipar na questão de EPB, da mesma forma que se antecipou em outras áreas", argumenta. Essa foi a quarta vez, nos últimos anos, que o destino da disciplina foi examinado pela UNESP. Nas ocasiões anteriores, a decisão foi esperar a regulamentação da Nova Constituição e da Lei de Diretrizes e Bases.

Ensino, pesquisa e apoio à comunidade

Um pólo irradiador de saber e de prestação de serviços à região de Presidente Prudente

Com cursos contemplando as áreas de Exatas, Humanas e Biológicas, a Faculdade de Ciências e Tecnologia do campus de Presidente Prudente pode ser descrita, hoje, como uma pequena universidade autônoma. A diversidade de áreas, no entanto, não foi uma constante ao longo dos seus quase 31 anos de existência. Quando criada, em 1959, a então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras ministrava apenas os cursos de Pedagogia e Geografia. Depois de quatro anos, foram instituídos os cursos de Ciências Sociais e Matemática. Em 1969 foi iniciado o curso de Licenciatura em Ciências e, em 1975, o de Licenciatura em Estudos Sociais.

Incorporada à UNESP em 1976, como Instituto de Planejamento e Estudos Ambientais, a unidade perdeu quatro de seus cursos. "Atravessamos um período de crescimento e consolidação até 1973. Mas em 1976 mergulhamos numa grande crise", lembra o diretor da unidade, professor Marcos Alegre, há quase 30 anos em Presidente Prudente.

Superada a crise, o crescimento voltou ao campus e, já em 1977, foi criado o curso de Engenharia Cartográfica, sucedido pelo de Estatística, em 1984. Um novo impulso foi dado à unidade com a incorporação, em 1988, do Instituto Municipal de Ensino Superior de Presidente Prudente, que trouxe os cursos de Educação Física e Fisioterapia. Neste mesmo ano, a Faculdade iniciou seu primeiro curso de pós-graduação, em Geografia, criado a partir do trabalho dos professores do curso de Licenciatura, o mais antigo da unidade. Este ano, recuperou o curso de Pedagogia. "Esta foi a unidade que mais cresceu nos últimos tempos", avalia Marcos Ale-

gre. "Num prazo de dois anos, dobramos o número de professores e alunos."

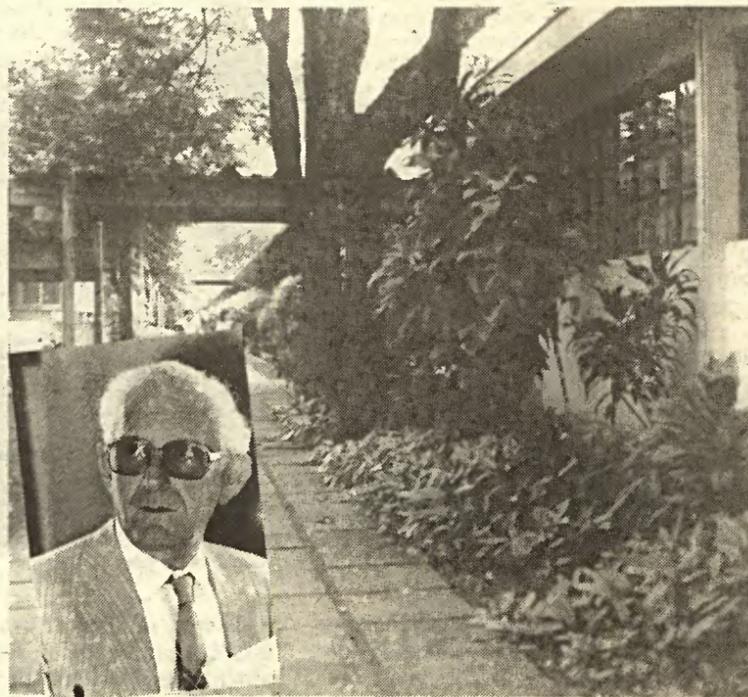
Instalada em uma área de 400 mil metros quadrados, a FCT conta hoje com mais de vinte laboratórios, uma biblioteca com quase 50 mil volumes, quadras de esporte, piscina, pista de atletismo, campo de futebol e ginásio — destinados aos alunos de Educação Física.

LINHA MESTRA

Uma das preocupações básicas da FCT diz respeito à recuperação da escola pública, que se tornou a linha mestra das atividades do Departamento de Educação. Responsável pelas disciplinas pedagógicas pertencentes às Licenciaturas em Geografia, Educação Física e Matemática, o Departamento obteve uma vitória importante: fazer com que essas matérias fossem ministradas ao longo dos cursos, e não apenas no último ano. "Conseguimos que os alunos aliassem a teoria à prática desde o início do curso, através de pesquisas pedagógicas que desenvolvem junto às escolas da rede", afirma a professora Josefa Aparecida Gonçalves Grigoli.

Numa perfeita interação, o Departamento de Matemática tem servido de suporte para os cursos de Estatística e Engenharia Cartográfica. "Os trabalhos estatísticos desenvolvidos pelo Departamento têm servido de suporte até mesmo para outras unidades, como a Faculdade de Ciências Agrônômicas do campus de Botucatu", diz a professora Júlia Maria Pavan Soler.

As pesquisas desenvolvidas na FCT têm por objetivo não só manter a unidade em sintonia com o que há de mais atual em termos tecnológicos como também de criar e aperfeiçoar novas técnicas que sejam



O diretor da FCT, Marcos Alegre: crescimento e consolidação

mais adequadas à realidade brasileira. Docentes do Departamento de Cartografia, por exemplo, vêm desenvolvendo um projeto para a utilização de câmaras fotográficas profissionais de pequeno formato em coberturas aéreas. Através do Departamento de Geografia, a Faculdade desenvolve também uma pesquisa sobre os conflitos de terra e reforma agrária no Pontal do Paranapanema. Com financiamento da Finep e do CNPq, os estudos abordam aspectos como condições de vida, habitação, saúde e educação das famílias e a exploração da

terra, entre outros pontos. Esses estudos fazem parte de um projeto ainda maior, que engloba todo o Estado e do qual participam outros seis campus da UNESP.

FISIOTERAPIA

Os serviços prestados à comunidade são um grande apoio para o ensino e a pesquisa, na FCT. Uma dessas atividades, que vem absorvendo elementos de praticamente todos os departamentos, é o estudo realizado no município de Martinópolis, a 46 quilômetros de Presidente Prudente, que enfoca o contexto regional, aspectos físicos e territo-

riais, localização e uso de equipamentos e serviços públicos. "Este trabalho foi tão bem-aceito que os municípios de Alvaro Machado e Presidente Venceslau já se mostraram interessados em que a UNESP realize lá estudos semelhantes", informa o professor Roberto Braga, do Departamento de Planejamento.

Através da Seção de Atividades Ambientais, diversos outros serviços são oferecidos. No ano de 1989, foram realizadas quase 13 mil análises de solo. Além disso, a unidade conta com uma estação meteorológica que serve de fonte para as pesquisas realizadas pelos docentes, além de fornecer subsídios para boletins diários na imprensa local.

Outro atrativo para os moradores da região, e principalmente para os estudantes, é o Laboratório de Estudos Antropológicos, que abriga material pertencente a praticamente todas as tribos indígenas do país, além de peças de arte da pré-história, e recebe cerca de 3 mil visitantes a cada ano. Mas a área mais solicitada pela comunidade talvez seja mesmo a da Fisioterapia: em 1989 passaram pelas mãos dos docentes e estagiários do curso nada menos que 4 mil pacientes em cerca de 45 mil sessões de 60 a 90 minutos cada. "É o único serviço do gênero na cidade", afirma o professor Rubem de Faria Negrão Filho. Nesse sentido, aliás, a Faculdade já firmou um convênio com o SUDS, iniciado em janeiro último, para atendimento a pacientes no ambulatório do campus. "Nosso objetivo é avançar nas técnicas e transformar o curso num referencial, num modelo da melhor forma de se praticar a fisioterapia", conclui Rubem.

Denise Pellegrini Montes

"Sítio Alvim", um tesouro arqueológico

O acaso foi determinante para o desenvolvimento de pelo menos uma das pesquisas realizadas na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente. Após as enchentes que assolaram a região, em 1983, algumas pessoas — pequenos sítiantes e agricultores — levaram à Faculdade alguns objetos que, suspeitavam, poderiam ter algum valor histórico. Uma dessas pessoas, Luiz Alvim, proprietário de terras na margem paulista do rio Paranapanema, no Distrito de Itororó do Paranapanema, município de Pirapozinho, acabou fornecendo à FCT um verdadeiro tesouro. O "sítio Alvim", como a área passou a ser conhecida, revelou-se, afinal, um grande depositário de fragmentos de cerâmica de vários tipos e épocas.

"Como não tínhamos na Faculdade nenhum professor que se dedicasse à pesquisa arqueológica, recorremos ao Museu Paulista, da USP, que coordena as pesquisas na região através do Projeto Paranapanema", explica a professora Ruth Kunzli, do Departamento de Planejamento.

Atualmente, com essa linha de pesquisa já desenvolvida, os trabalhos são realizados em 28 sítios arqueológicos, todos integrados ao "Projeto Arqueológico X Região Administrativa", de caráter multi-



Gravuras rupestres de até 10 mil anos

disciplinar, envolvendo Geografia, Geologia, Geomorfologia, Cartografia, Topografia, Desenho, Antropologia, Etnologia e Etnografia.

De acordo com a professora Kunzli, já foram encontrados nestes sítios cerca de 4 mil fragmentos de cerâmica, além de três peças intactas: um vaso, um pote e um cachimbo. "Algumas cerâmicas datam de 970 anos", ela sustenta. "Além disso, há vários exemplares de pedra lascada e pedra polida, que podem

chegar a até 7 mil anos".

Mas a região está longe de ter seu potencial arqueológico exaurido e promete ainda muitos anos de escavações e estudos promissores. Neste sentido, a professora Ruth descobriu há pouco um sítio riquíssimo, com gravuras rupestres sobre rochas de basalto. "Essas gravuras têm pelo menos 10 mil anos de existência, e este sítio é talvez o único em todo o Estado", garante.

(D.P.M)

Faculdade de Ciências e Tecnologia

FUNCIONÁRIOS	NÚMERO TOTAL	229
--------------	--------------	-----

GRADUAÇÃO

CURSOS	Nº DE ALUNOS
Educação Física	199
Engenharia Cartográfica	90
Estatística	53
Fisioterapia	199
Matemática	209
Pedagogia	58
Geografia	247
TOTAL	1.054

PÓS-GRADUAÇÃO

CURSO	ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	NÍVEL	Nº DE ALUNOS
Geografia	"Ambiente e Sociedade"	Mestrado	16

ESTRUTURAS DEPARTAMENTAIS

DEPARTAMENTOS
Cartografia
Ciências Ambientais
Educação
Educação Física
Fisioterapia
Geografia Humana e Regional
Matemática
Planejamento

DOCENTES

REGIME DE TRABALHO	Nº DE DOCENTES
RDIDP	155
RTC	14
RTP	35
TOTAL	204

Campus de Presidente Prudente — Rua Roberto Simonsen, 305

CEP 19060 — Presidente Prudente — SP — Fone: (0182) 33-5388

Na próxima edição, o perfil do Instituto de Biociências do campus de Rio Claro

PROGRAMA

Araraquara inaugura moradia para aluno carente

O campus de Araraquara será o primeiro da Universidade a receber um alojamento com toda a infraestrutura necessária para abrigar estudantes carentes. As obras fazem parte do Programa de Apoio ao Estudante (PAE), vinculado à Pró-Reitoria de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários (*veja quadro*). A construção foi iniciada em maio do ano passado, em um terreno de 6.030 metros quadrados cedido pela Prefeitura da cidade, e será entregue no final do mês de fevereiro.

A moradia é composta por dois blocos horizontais, totalizando uma área de 820 metros quadrados, com capacidade para alojar 64 alunos. Cada um dos blocos é dividido em quatro módulos que comportam oito estudantes cada um — dois em cada quarto. Cada módulo possui dois banheiros, uma cozinha, uma área interna destinada à convivência entre os moradores e uma área de serviços externa. Os módulos são separados por muros de aproximadamente dois metros de altura. Dentro dos quartos, o espaço foi dimensionado para proporcionar conforto, funcionalidade e privacidade. Há duas camas, dois armários embutidos e duas bancadas de estudo que funcionam como escrivaninha e estante de livros, tudo feito em alvenaria.

A localização da moradia estudantil de Araraquara é privilegiada, ficando próxima ao Instituto de Química, no Bairro da Quitandinha. O acesso ao centro da cidade, onde se localiza a Faculdade de Odontologia, ou ao campus, onde



O alojamento, com 820 m² de construção, terá capacidade para 64 alunos

estão as Faculdades de Ciências e Letras e de Ciências Farmacêuticas, também é facilitado pelo trole-bus. As obras já estão em fase de acabamento e a Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias do campus de Jaboticabal deverá realizar um projeto de paisagismo para a moradia. O restante do terreno, ao fundo, será destinado à expansão do alojamento de acordo com o crescimento da demanda e as possibilidades da Universidade.

As vagas serão destinadas aos estudantes das quatro unidades do campus que não puderem arcar com os custos do aluguel de um imóvel na cidade. Os estudantes deverão passar por uma entrevista, onde terão de apresentar documentos que comprovem seus ganhos ou

os de suas famílias. Para que o estudante mantenha sua vaga no alojamento será exigido um bom desempenho acadêmico, cujos parâmetros ainda serão definidos.

Para o diretor da Faculdade de Ciências e Letras, professor José Enio Casalecchi, responsável pela concretização do projeto na cidade, é justo que a UNESP, uma universidade pública, ofereça alojamento a seus alunos carentes, como ocorre na USP e na Unicamp. "Acredito que, dessa forma, estaremos contribuindo para diminuir a chamada 'injustiça pedagógica', pois muitos alunos têm de deixar a universidade pública porque não têm como se manter nela", analisa Casalecchi.

Efraim Silva, repórter do campus

Outras cidades serão beneficiadas até junho

A construção das moradias estudantis faz parte do Programa de Apoio ao Estudante (PAE) da Pró-Reitoria de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários. Com construções iniciadas no ano passado em seis cidades — Araraquara, Assis, Franca, Guaratinguetá, Marília e Presidente Prudente —, o programa tem a finalidade de viabilizar a vida acadêmica dos estudantes de graduação, principalmente os carentes. "Nosso objetivo é dar ao aluno um espaço garantido para que desenvolva seus estudos", diz a professora Edy Montenegro, coordenadora do programa.

Diversos levantamentos realizados determinaram as cidades que deveriam ter prioridade no recebimento de suas moradias, e optou-se inicialmente por aquelas onde os alunos ocupam salas das próprias unidades ou onde são as unidades que arcam com as despesas do aluguel. "Atualmente, temos uma política de moradia. Este ano concluiremos a construção nestas seis cidades e iniciaremos outras oito moradias", diz o reitor Paulo Milton Barbosa Landim. "Estamos cientes de que as vagas não se-

ão suficientes, mas somente depois de todas as unidades possuírem uma moradia é que passaremos a ampliar as já existentes", explica.

Os alojamentos estão sendo construídos em módulos horizontais, com 820 metros quadrados de área e 64 vagas, ou em módulos verticais, com 932 metros quadrados e 54 lugares, conforme a disponibilidade dos terrenos. O projeto em módulos permite a ampliação constante da moradia de maneira facilitada. A próxima unidade a receber sua moradia, após Araraquara, será Marília, com entrega prevista para abril. Em maio, terão as obras completadas os campi de Franca, Guaratinguetá e Presidente Prudente. Em junho, estará pronto a moradia do campus de Assis.

REGIMENTO

Para que os alunos possam ocupar as moradias é necessário que se aprove um regimento que norteia toda a administração do programa. Na reunião do Conselho Universitário (C.O.) do dia 18 de janeiro último foram definidos alguns pontos básicos

desse regimento, como a taxa de contribuição dos alunos, que será de 10% da bolsa do PAE (que em dezembro era de Cz\$ 450,00). Determinou-se também, nessa reunião, que a comissão responsável pela seleção de alunos e a administração do alojamento será formada por docentes, alunos e funcionários, e ainda, que será obrigatório o bom desempenho para a manutenção do aluno na moradia, em níveis ainda a serem definidos.

Para Antônio Donizete Fernandes, aluno do quarto ano de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências do campus de Marília e membro do C.O., as moradias são o resultado concreto do movimento estudantil. "Agora, estamos tentando estabelecer uma proposta conciliatória para eliminar as divergências quanto ao regimento", diz. O documento está sendo redigido por uma comissão — formada por dois docentes, dois alunos e um funcionário — que deverá apresentar uma minuta para apreciação do C.O. em reunião extraordinária ainda a ser marcada. (D.P.M.)

AGENDA

- ARACATUBA**
- 10 a 17/03. Semana do calouro "Eu faço parte". Promoção do Diretório Acadêmico "Prof. Carlos Aldrovandi".
- ARARAQUARA**
- 12 a 15/03. Semana do calouro, na FCL. Promoção do Diretório Acadêmico.
 - 13 e 15/03. I Ciclo de palestras de proteção à saúde, na FCF. Promoção do Departamento de Análises Clínicas.
 - 13 a 22/03. Pré-Jornada Odontológica, na FO. Promoção Clínica Infantil.
 - 15 a 31/03. Ciclo de debates, na FCL: "A prática da sátira". Promoção do Departamento de Lingüística, Sociedade de Estudos Clássicos e áreas de grego e latim.
 - 26 a 30/03. Conferências, na FCL: "A teoria da sociedade em Freud". Promoção do Departamento de Sociologia.
- ASSIS**
- 05 e 10/03. Semana de Integração do calouro. Promoção do Diretório Acadêmico e Centro de Psicologia, História e Letras.
 - 19/03. Apresentação do Coralusp — Grupo Beijo. Promoção do Departamento de História.
- BAURU**
- 31/03. Palestra, na FAAC: "Design automobilístico". Promoção: Depto. de Artes.
- BOTUCATU**
- 05 a 09/02. Palestra, na FM: "Micoses profundas". Promoção do Departamento de Moléstias Infecciosas e Parasitárias, Dermatologia e Radiologia.
 - 01/03 e 30/06. Oficinas de Artes Plásticas no IB, com os professores Neide Marcondes e Percival Tirapeli, do IA. Promoção do Departamento Cultural.
 - 05 a 08/03. Curso, na FMVZ: "Importância dos quirópteros como reservatório de zoonoses". Promoção do Departamento de Higiene Veterinária e Saúde Pública.
 - 05 e 09/03. Show de recepção dos calouros com o Grupo X's Grupo, no IB. Promoção do Departamento Cultural.
 - 05 e 16/03. Curso de Extensão universitária, no IB: "Histologia e fisiologia ocular". Promoção do Departamento de Morfologia.
 - 12 e 16/03. Recital de Jezz, no IB: Grupo Mojave. Promoção do Departamento Cultural.
 - 12 a 23/03. Curso de extensão, no IB: "Globo ocular: farmacologia e terapêutica". Promoção do Departamento de Farmacologia.
 - 12 e 30/03. Show, na FCA: "Lua Cheia". Diretoria Acadêmica da Agronomia.
 - 12/03 a 02/04. Oficina de iniciação às artes plásticas, na FM. Promoção do Departamento de Neurologia e Psiquiatria e CAC local.
- FRANCA**
- 05 e 10/03. Semana do "Bicho". Promoção do Diretório Acadêmico XXI de setembro.
 - 20/03. Palestra: "O discurso da História". Promoção do Departamento de Estudos Históricos Básicos.
- JABOTICABAL**
- 05/02. Palestras: "As características e peculiaridades do regime de intemato". Promoção da EESG Agrícola José Bonifácio.
 - 05 a 08/02. I Simpósio de Manejo Integrado de Pragas, I Encontro Paulista de Entomologia Florestal e I Encontro de Manejo Integrado de Nematóides. Promoção da FUNEP.
 - 17 e 18/02. Palestra: "Carcinicultura — criação de camarão de água doce". Promoção do Diretório Acadêmico.
 - 20/02. Mesa-redonda: "A panela brasileira". Promoção do Diretório "Fernando Costa".
 - 13 a 17/03. Curso de reciclagem de engenheiros agrônomos na área de insumos e receituário agrônomo. Promoção da FUNEP.
 - 14/03. Mesa-redonda: "Agricultura e questão ambiental". Promoção do Diretório Acadêmico "Fernando Costa".
 - 21/03. Palestra: "Recursos naturais — energia e tecnologia". Promoção do Diretório Acadêmico "Fernando Costa".
 - 24 e 25/03. Curso sobre cooperativismo. Diretório Acadêmico "Fernando Costa".
 - 28/03. Show: "Fim de tarde no campus". Diretório Acadêmico "Fernando Costa".
 - 28 a 29/03. Mesa-redonda: "Pré-agronomias regionais". Promoção do Diretório Acadêmico "Fernando Costa".
 - 29/03. 2º Ciclo de palestras sobre cólice equina. Promoção da FUNEP.
- MARÍLIA**
- 12 a 24/03. I Encontro com o cinema. Promoção da Comissão Cultural e Diretório Acadêmico XV de março.
 - 28/03 a 03/05. Ciclo de debates sobre a abrangência da educação popular. Promoção do Departamento de Administração e Supervisão Escolar.
- PRESIDENTE PRUDENTE**
- 07/03 a 02/05. Curso de extensão universitária: "Análise Combinatória", para alunos de Licenciatura em Matemática, Estatística e Engenharia Cartográfica. Promoção do Departamento de Matemática.
 - 23 e 24/03. Seminário: "Atualização na pedagogia Freinet". Departamento de Educação.
 - 28 a 30/03. Exposição e debate: Seminário "Arte, conhecimento e verdade". Promoção do Departamento de Educação.
- RIO CLARO**
- 05 a 10/03. Palestra, no IGCE: "O bicho" e a comunidade universitária". Promoção do Diretório Acadêmico XVI de março.
 - 12/03 a 22/05. Curso de especialização, no IGCE: "Poder local e planejamento municipal", para geógrafos. Inscrições de 28/02 e 09/03.
 - 23 a 30/03. Mesa redonda e curso, no IGCE: "Areias e britas — perspectivas de mercado de trabalho". Promoção do Centro de Estudos Geológicos.

JORNADA

Melhoramento vegetal em debate

Com o objetivo básico de possibilitar o intercâmbio e atualização de informações em tópicos recentes de genética e melhoramento vegetal, a Fundação de Estudos e Pesquisa em Agronomia, Medicina Veterinária e Zootecnia (FUNEP) promoverá, nos próximos dias 5 e 6 de abril, na FCAV, campus de Jaboticabal, a "Iª Jornada Sobre Temas de Genética e Melhoramento Vegetal".

A jornada será dividida em quatro sessões. Na primeira delas, versando sobre "Genética Molecular" (na manhã do dia 5), serão proferidas as seguintes conferências: "A Teoria Molecular da Evolução", Transformação Genética e Clonagem Molecular em Fungos Filamentosos" e "Organização Cromossomal e Regulação da Síntese do DNA". Na Sessão II, "Impactos da Biologia Molecular" (na tarde do dia 5), haverá as conferências "Estratégias de Transferências de Genes em Plantas", "Aplicação Industrial da Engenharia Genética" e "Alguns Impactos da Biologia Molecular". Às 19h30 será iniciada a palestra "Situa-

ção da Política Científica no Brasil".

Na manhã do dia 6, na Sessão III, "Melhoramento Vegetal I", serão realizadas as seguintes conferências: "Preservação de Recursos Genéticos Vegetais e de Melhoramento", "Novos Desenvolvidos no Melhoramento Vegetal", "Índice e Ganho Genético por Seleção" e "Contribuição da Genética na Produção de Alimentos". Finalmente, na Sessão IV (tarde do dia 6), "Melhoramento Vegetal II", serão apresentados os seguintes temas: "Uso dos Retrocruzamentos em Plantas Autógamas", "Ação Complementar e Modificadora entre Genes de Ação Maior e Menor", "Seleção de Parentais na Hibridação de Plantas Autógamas" e "Estratégias de Melhoramento no Controle de Doenças de Plantas". Após o encerramento de cada sessão de conferências, haverá debates.

As inscrições poderão ser feitas, a partir de fevereiro, na FUNEP. Maiores informações pelo telefone (0163) 22-4000, ramal 141.



Respostas às reivindicações do Corpo Técnico-Administrativo da UNESP

Em reunião realizada no dia 23 de janeiro os representantes do SINTUNESP apresentaram ao magnífico reitor e ao vice-reitor uma pauta de reivindicações do corpo técnico-administrativo da UNESP, aprovada em reunião conjunta do Sindicato com os representantes dos funcionários nos órgãos colegiados e dirigentes das Associações. Na ocasião, a Reitoria achou oportuno responder por meio do Jornal da UNESP, objetivando com esta medida esclarecer toda a comunidade unespiana.

1. Reposição das Perdas Salariais com base em janeiro de 1987

Com o reajuste salarial concedido em janeiro do corrente ano (90%), foi efetuada a reposição das perdas salariais ocorridas no período em que a política salarial foi administrada pelo CRUESP.

Reajuste acumulado no período:	2.329,89%
Inflação acumulada no período (IPC):	1.609,51%
Inflação acumulada no período (DIEESE):	2.567,61%
Inflação acumulada no período (FIPE):	2.175,99%

Com relação à pretendida reposição, tomando como base janeiro/87, deve ter havido um equívodo do SINTUNESP, pois os dados que dispomos demonstram que o salário real dos servidores da UNESP em janeiro/87 são inferiores aos praticados em janeiro do corrente ano.

valores do salário médio (referência 22) em janeiro 1987

405,92 BTNs ou US\$ 423,47 (câmbio oficial)

valores do salário médio (referência 22) em janeiro 1990

756,38 BTNs ou US\$ 467,19 (câmbio oficial)

Vale a pena ainda ressaltar que os aumentos concedidos pelo CRUESP ao corpo técnico-administrativo das universidades é significativamente mais elevado do que o concedido pelo Estado aos seus servidores.

2. Implantação do Plano de Assistência Médica

De acordo com a proposta de gestão do magnífico reitor, a Pró-Reitoria de Administração e Desenvolvimento ficou encarregada da implantação do plano de assistência médico-odontológica à comunidade da UNESP. Foi criada comissão que elaborou projeto que prevê a assistência médica a níveis primário, secundário e terciário aos funcionários, docentes e alunos da Universidade bem como aos seus dependentes menores de 21 anos. Em abril próximo deverá ser inaugurado projeto piloto no campus de Araraquara, por meio do qual será dado (em caráter experimental) atendimento médico a nível primário à comunidade do referido campus. Após esse período experimental de 90 dias, o plano, com as correções necessárias, será estendido aos demais campus da UNESP. Concomitantemente, está sendo estudada a forma mais adequada para propiciar atendimento secundário e terciário. A reivindicação de implantação imediata é simplista e impossível de ser atendida, tendo em vista a complexidade do problema, o qual está sendo tratado de forma adequada.

3. Turno de seis horas

A Constituição Federal estabeleceu, no inciso XIV do artigo 7º, jornada de seis horas de trabalho, realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva. Na UNESP não existe qualquer servidor que trabalhe em turnos ininterruptos de revezamento, conclusão a que chegou a Reitoria baseada na opinião dos mais respeitados constitucionalistas, administrativistas e especialistas em Direito do Trabalho do País, que esclareceram, em várias oportunidades, desde a promulgação da Constituição, que somente quando ocorrer mudança de horário de trabalho é que estaremos frente ao revezamento mencionado pelo legislador constituinte.

Além do mais, é preciso não esquecer

que esta mesma Constituição, ao arrolar, no §2º do artigo 39, quais os direitos previstos no seu artigo 7º que aplicar-se-iam aos servidores públicos, não incluiu o inciso XIV.

4. Pagamento de horas extraordinárias, inclusive as acumuladas

O problema das horas extraordinárias vem sendo objeto de cuidadosos estudos por parte da Reitoria, já havendo sido, inclusive, expedida a portaria UNESP nº 50/89, face às inovações introduzidas pela Constituição Federal, especialmente no inciso XVI do artigo 7º. Esclareça-se, contudo, que a Universidade, como órgão público que é, está sujeita às instruções e recomendações do Tribunal de Contas do Estado, a respeito do assunto. A referida Portaria, portanto, encontra-se em perfeita consonância com tais orientações.

Por outro lado, o problema das horas extras acumuladas por determinados servidores, ao longo de certo tempo (v.g. o chamado "banco de horas" de Botucatu), também já foi objeto de estudos por parte da Reitoria, que terminou por sugerir a introdução de um sistema de compensação dessas horas. Todavia, em algumas unidades, face às respectivas peculiaridades e às necessidades de serviço, as Diretorias têm apresentado sugestões de alteração da portaria UNESP nº 50/89, o que motivou a Reitoria a solicitar da Assessoria novos estudos para avaliação da viabilidade das alterações e propostas encaminhadas.

Por último, vale acrescentar que, enquanto esteve em vigor e aplicação, na UNESP, o Regime de Atividade Acrescida (RAA), como sua própria denominação está a indicar, não foi permitida a prestação de horas excedentes de serviço além daquelas já previstas no referido regime. Daí porque as horas extraordinárias prestadas naquela época, em desacordo com as regras do RAA, não haverem encontrado respaldo para pagamento.

5. Adicionais de Periculosidade e Insalubridade

O adicional de periculosidade, foi concedido no âmbito estadual pela Lei-Complementar nº 315 de 17.02.83, tão somente a servidores de estabelecimentos penitenciários. Portanto, os servidores da UNESP não foram abrangidos pela citada regulamentação.

No que diz respeito ao adicional de insalubridade, a avaliação inicial era feita pela Secretaria de Relações do Trabalho e a UNESP sempre procurou agilizar a tramitação dos processos, inclusive arcando com despesas de alimentação e alojamento dos peritos quando das visitas às nossas unidades.

Atualmente, essa responsabilidade foi transferida à Secretaria da Saúde (Decreto nº 30517 de 02.10.89). Recentemente, a Resolução SS-7, de 08.01.90, que dispõe sobre a avaliação das condições de insalubridade e emissão dos laudos correspondentes, delegou aos escritórios regionais de Saúde (ERSA) — com prazo de 90 dias — a responsabilidade pela avaliação das condições de trabalho que caracterizem insalubridade e pela emissão dos laudos técnicos correspondentes. Concomitantemente (§3º, artigo 1º), os órgãos da Administração Descentralizada que contiverem mais de 500 funcionários e servidores e comissão própria de identificação e classificação de atividades consideradas insalubres já em funcionamento foram autorizados a preparar os laudos técnicos para encaminhamento ao ERSA, em cuja área se localizem. Portanto, para agilizar a tramitação dos processos de solicitação de pagamento ao adicional de insalubridade, cada unidade deverá constituir comissão local para atuar junto ao respectivo ERSA.

Providências nesse sentido já foram tomadas, sendo os senhores diretores das unidades notificados em 06.02.90, para constituírem as referidas comissões.

6. Redução da Jornada de Trabalho

Na UNESP, desde 1982, o pessoal que exerce função de operador de raios-X foi

autorizado a realizar jornada de trabalho de 30 horas semanais, sendo que, dessas, apenas 24 horas semanais junto à fonte de irradiação.

7. Iniciar estudo relativo a projeto de casa própria para servidores

A Reitoria ainda não discutiu essa proposta. É possível elaborar plano para tentar intermediar junto a órgãos do Governo Federal a possibilidade da obtenção de financiamento direto aos funcionários e docentes.

8. Treinamento, cursos de especialização, reciclagem, seminários, congressos e eventos

A meta prioritária da Reitoria é estabelecer, por meio da CRH, um programa de treinamento e capacitação do corpo Técnico Administrativo. Esse treinamento será efetuado diretamente pela CRH, ou em convênios com instituições públicas ou privadas, com experiência na área de treinamento. Esse programa já está sendo implantado. Outras modalidades poderão ser executadas em caráter excepcional.

9. Opção Regime Estatutário

Prejudicado, tendo em vista a iminente implantação do Regime Jurídico Único, nos moldes do disposto no artigo 24 do ADCT da Constituição Federal e no artigo 58 do ADCT da Constituição Estadual, os quais estipulam prazo limite para proposições do referido regime.

10. CIPAs — Dotação de Recursos Orçamentários e Pessoal Especializado

A Reitoria orientou as unidades no sentido de implantar as CIPAs. Nos campus complexos deverá existir uma única CIPA, cuja implantação ficará a cargo da Administração Geral do campus.

Assim, as necessidades constatadas nas diversas CIPAs deverão ser encaminhadas à Reitoria pelas Administrações Gerais e/ou das unidades universitárias, bem como a previsão de recursos orçamentários necessários. Não obstante as considerações acima emitidas, a Pró-Reitoria de Administração e Desenvolvimento fará oportunamente uma avaliação da atuação das CIPAs implantadas e da problemática em questão no âmbito da UNESP.

11. Revisão do ESUNESP

Tendo em vista a iminente implantação do Regime Jurídico Único, a resposta a este item fica prejudicada.

A Assessoria Jurídica já elaborou uma proposta de regime jurídico único, a qual foi apresentada ao CRUESP.

12. Política para os C.C.I.

A Reitoria, por meio do programa PRO-AS da Pró-Reitoria de Administração e Desenvolvimento, está elaborando programa para a reestruturação dos C.C.I.s existentes e implantação de novas creches.

13. Data-Base

A posição da UNESP é o estabelecimento, ainda este mês, pelo CRUESP, de data-base para negociação salarial.

14. Pagamento no 1º dia útil do mês

Os recursos financeiros para pagamento de pessoal são liberados para a UNESP pela Secretaria da Fazenda no 4º dia útil do mês, razão pela qual não há possibilidade de se antecipar o pagamento dos salários. A UNESP fará o pagamento no 1º dia útil desde que a Secretaria da Fazenda antecipe para o último dia do mês a liberação de recursos para essa finalidade.

15. Pagamento de 40% dos salários no dia 15

O CRUESP já definiu a política salarial até o mês de março. Após a posse do novo Governo e conhecimento do Plano Econômico a ser implantado, o Conselho de Reitores definirá nova orientação para a política salarial das universidades públicas paulistas.

16. Supletivo de 1º e 2º Grau

O ensino fundamental e a manutenção da expansão do ensino médio são de responsabilidade do Município e do Estado, respectivamente, conforme preceitua a Constituição Estadual.

No entanto, isso não impossibilita que as unidades proponham a realização de cursos supletivos, notadamente na área de formação técnica, como é o caso da Faculdade de Medicina, que está finalizando projeto para curso supletivo de auxiliar de enfermagem.

17. Restaurantes Universitários

Como se sabe, a UNESP necessita realizar inúmeras obras com o objetivo de atender suas finalidades precípuas, devendo, portanto, priorizar seus investimentos em obras.

Em unidades que consideram o restaurante universitário como prioridade, os estudos para sua implantação estão bem adiantados.

18. Distribuição de vales no dia do pagamento

A partir do mês de fevereiro, conforme cronograma de atividades dos programas vale-refeição e vale-transporte, encaminhado às unidades universitárias pelo Ofício Circular nº 03/90, de 14.01.90, da Pró-Reitoria de Administração e Desenvolvimento, aqueles vales estão sendo distribuídos até o 4º dia útil de cada mês, portanto na mesma data da realização do pagamento.

19. Redefinição dos critérios para realização de concursos públicos

O assunto deverá ser estudado oportunamente pela Coordenadoria de Recursos Humanos.

20. Projeto para Orientação e Atendimento de Doenças Infecto-Contagiosas

Com a implementação do plano de Assistência Médico-Hospitalar, comentado no item 02, a orientação e o atendimento de doenças infecto-contagiosas estarão igualmente equacionados.

21. Pagamento de plantões

Em unidades onde haja necessidade de atendimento permanente, sempre que possível, a cobertura do horário deverá ser feita com escala de revezamento dos servidores. Onde não houver esta possibilidade, os plantões deverão ser pagos.

22. Pagamento de um terço em pecúnia no caso de férias

O regime jurídico estatutário — Lei nº 10.261/68 — não prevê a possibilidade de "venda" de 10 dias de férias, como a C.L.T. Provavelmente a introdução do regime jurídico único resolverá esta disparidade de tratamento.

23. Construção de vestiário nas unidades
O Plano de Obras das Unidades da UNESP é elaborado pelas respectivas unidades que o enviam à Reitoria para discussão e aprovação. Sendo assim, esta reivindicação deve ser encaminhada aos senhores diretores de unidade.

24. Reserva de vagas para os servidores da UNESP nos concursos públicos
Impossível de ser atendido, diante do princípio constitucional da isonomia que é válido para todos, sem qualquer exceção.

25. Cesta básica

As atividades de assistência à comunidade da UNESP foram englobadas em um programa único — PROAS — ligado à PRAD. Este programa compreende atualmente: vale-refeição, vale-transporte, o auxílio-graduação, os CCLs e auxílio-criança.

A meta da Pró-Reitoria é a melhoria desses benefícios dentro da realidade orçamentária da Universidade.

Este mês serão reestruturados os valores do vale-refeição e do auxílio-criança e CCLs.

Os valores atualmente defasados serão corrigidos mensalmente com base no IPC, sem prejuízo de reavaliações periódicas.

Não há programação para implantação da cesta básica no corrente ano.

25. Colônia de férias

Não faz parte da programação da Reitoria, a curto prazo, a implantação desta solicitação, o que não impede que os órgãos de classe da comunidade unespiana elaborem estudos a respeito.

Primeiros passos rumo ao futuro

Pesquisadores da UNESP e Unicamp se unem para a produção de microprocessadores e formação de mão-de-obra especializada em tecnologia de ponta

O motorista entra em seu automóvel e o próprio carro o alerta para travar a porta. O caixa automático fornece ao cliente a quantia exata que foi pedida. Esses e outros processos que a informática torna cada vez mais cotidianos, são controlados por microprocessadores, peças que funcionam como minúsculos comandantes das máquinas. Unidos num mesmo projeto, pesquisadores e professores da UNESP e da Unicamp estão enfrentando o desafio de planejar e produzir esses sofisticados equipamentos no Brasil.

Esse trabalho conjunto foi batizado de LOGA-01, palavra que surgiu da fusão de algumas letras dos nomes de Luiz Otávio Ferreira, pesquisador do Laboratório de Eletrônica e Dispositivos (LED) da Unicamp, e de Galdenoro Botura Junior, coordenador do curso de Engenharia Elétrica da Faculdade de Engenharia do campus de Guaratinguetá (FEG). Eles são os "pais" do projeto, que tem como proposta paralela a formação de mão-de-obra qualificada para desenvolver microprocessadores.

Os microprocessadores podem ser descritos como pequenas pastilhas de silício onde estão concentrados milhares de transistores, que, interligados, executam uma determinada tarefa. Dependendo da sua natureza ou da circunstância, essa função pode ir da memorização de dados até o controle sobre um certo mecanismo. "Estes chips funcionam como uma espécie de cérebro das máquinas", define Galdenoro.

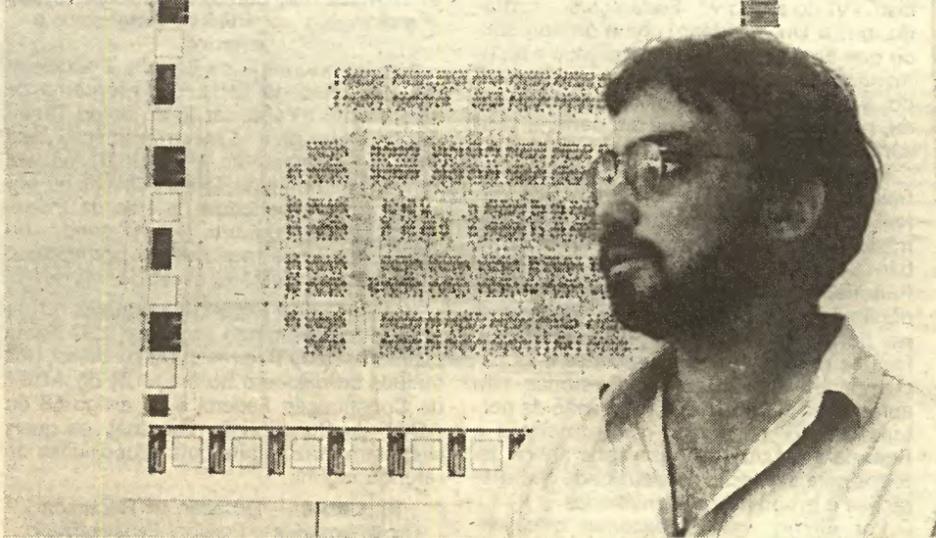
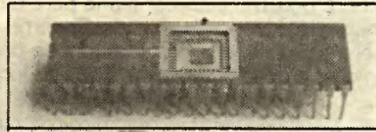
O professor lembra os avanços que ocorrem no exterior para alertar sobre os riscos de atraso do Brasil, nesse campo. "Atualmente, nós importamos os equipamentos já prontos e apenas fazemos sua montagem no país", esclarece. Na sua opinião, a produção nacional de microprocessadores não tem apenas importância industrial, mas envolve até questões militares, já que muitos equipamentos bélicos — como o caça AMX, por exemplo — dependem do funcionamento desses chips.

IDÉIA AVANÇADA

De qualquer forma, o valor do projeto não passou despercebido pelas entidades governamentais. Atualmente, as pesquisas são coordenadas pelo Centro Tecnológico para Informática (CTI) — órgão vinculado à Secretaria Especial de Informática —, que também se encarrega de fornecer materiais como as lâminas de silício onde são montados os circuitos. Outro apoio expressivo ao LOGA-01 vem da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, que custeia viagens, aquisição de equipamentos e aluguel de computadores, entre outros gastos.

O objetivo do plano desenvolvido no eixo Campinas-Guaratinguetá é a elaboração de um microprocessador de 32 bits. Segundo Galdenoro, uma máquina com essa potência "é um projeto avançado mesmo para os padrões norte-americanos". Se bem-sucedido, o trabalho dará condições para a construção de *work-stations*, equipamentos para uso individual com uma capacidade de processamento de informações bem maior do que a dos atuais micros, que têm no máximo 16 bits.

Também é inovadora a própria concepção do microprocessador, baseada no processo RISC (Reduced Instruction Set Computer — Computador com Jogo de Instrução Reduzido). Galdenoro assegura que o RISC é o mais moderno método de concepção desse tipo de



Galdenoro e um lay-out de chip: projeto avançado mesmo para padrões norte-americanos

equipamento, permitindo uma organização menos complexa dos mecanismos: "Em consequência, a velocidade de processamento de informações pelo computador pode ser dez vezes mais rápida que a dos métodos usados até há pouco tempo", compara.

Porém, como assinala Luiz Otávio Ferreira, o projeto não se esgota na construção desse tipo de chip: "Nossa meta é formar mão-de-obra especializada em uma área de alta tecnologia", afirma o pesquisador da Unicamp. Para Galdenoro, o preparo de especialistas poderá ser muito útil para o país: "Hoje, não temos indústrias que produzam microprocessadores e, o que é pior, não temos quem saiba fazê-los", lamenta.

Para concretizar essa proposta, está prevista a formação, na FEG, de um grupo voltado para projetos de circuito VLSI (Very Large Scale Integration — Integração em Escala Muito Alta). O VLSI é uma tecnologia para a produção de chips com mais de 10 mil tran-

sistores, ou seja, com alta capacidade de processamento.

FASE DE TESTES

Embora o plano de trabalho tenha sido feito conjuntamente por Galdenoro e Luiz Otávio, na fase atual a pesquisa se divide em dois tipos de função: a equipe da UNESP se encarrega de projetar as partes do circuito que formam o microprocessador, além de submetê-las a testes simulados através de programas de computador. As peças aprovadas nessa checagem são enviadas para a Unicamp, onde são feitos o *lay-out* e a fabricação dos circuitos, que passam então por uma segunda etapa de testes.

A fabricação do microprocessador está sendo feita através dos processos bipolar e CMOS — que são as duas tecnologias de produção de chips. O processo bipolar ficou a cargo da Unicamp, que já está finalizando a montagem do primeiro chip para teste efetivo no LED. No caso do CMOS, a fabricação é

feita na França e os *lay-outs* ficam por conta da equipe da UNESP.

A previsão é de que essa etapa de checagem dos equipamentos dure cerca de um ano. Depois dessa fase, as partes examinadas serão integradas, com a elaboração dos *lay-outs* do conjunto do microprocessador e a realização dos testes finais. "Se tudo correr bem, o projeto deve terminar em menos de dois anos", estima Galdenoro. Quando concluído, segundo o professor, esse primeiro microprocessador brasileiro terá cerca de 40 mil transistores, contidos num chip de dez milímetros de comprimento por dez milímetros de largura — um espaço equivalente ao de uma unha da mão.

O coordenador de Suporte de Software da Coodenadoria Geral de Informática (CGI) da UNESP, Eduardo Miyashiro, aposta que o LOGA-01 poderá render vários resultados positivos. Para o Brasil, um dos principais benefícios seria o acesso à tecnologia de vanguarda: "A produção de microprocessadores envolve o que há de mais moderno no campo da informática, como o processo RISC", destaca. A criação de *work-stations* — um sonho que se torna mais viável com a produção de microprocessadores — também seria de grande utilidade dentro das universidades. Eduardo acredita que esses equipamentos trariam para a mesa do pesquisador "uma potência para simulação e cálculos matemáticos que antes só era possível com grandes computadores". Com a *work-station*, por exemplo, um engenheiro faria com muito mais rapidez um estudo de estrutura de um edifício, através da produção de modelos mecânicos.

Embora muita coisa ainda precise ser feita, Luiz Otávio se diz satisfeito com os resultados obtidos até a fase atual do projeto: "No começo, nós tínhamos apenas lápis e papel. Hoje, já produzimos circuitos em silício", comemora. Para o pesquisador da Unicamp, a colaboração entre as duas universidades nesse trabalho é um exemplo a ser seguido: "Num país carente como o nosso, esse apoio mútuo ajuda a poupar muitos recursos", acredita.

André Louzas

Projeto prevê criação de robô inteligente

Pouco a pouco, os robôs deixam as páginas das mais delirantes histórias de ficção científica e passam a fazer parte do nosso dia-a-dia, marcando presença, por exemplo, em locais como as linhas de montagem das indústrias ou manipulando materiais que colocam em risco a saúde do homem. Para acompanhar a importância crescente desses mecanismos, foi formado, no final do primeiro semestre de 1989, o Grupo de Robótica da FEG.

Em seu primeiro trabalho, o Grupo montou o projeto de um robô com capacidade de reconhecer a forma e as dimensões dos objetos. Elaborado entre junho e outubro de 1989, o projeto recebeu o nome de Manipulador Inteligente para Identificação de Objetos. Segundo Edson Luiz França Senne, professor do Departamento de Matemática da FEG e membro da equipe, o termo "inteligente" não tem nada de exagerado, já que o manipulador usa técnicas de Inteligência Artificial: "Essa é uma área da Ciência da Computação que tenta reproduzir atividades que até há pouco tempo apenas o homem fazia, co-

mo diagnosticar doenças ou compreender a fala e a escrita", esclarece.

Atualmente, o projeto está em estudos na Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, que poderá liberar verbas para que ele se viabilize. Se aprovada, a implantação do plano se dará em três fases: na primeira, o manipulador (espécie de mão mecânica) receberá sensores de tato interligados a um computador. Na segunda, a máquina ganhará condições de visualizar o que manipula, através de uma câmara. Esse complexo mecanismo será dotado, na última etapa, de acréscimos que lhe darão condições de também se movimentar.

Além do interesse para as indústrias, o projeto teria igualmente uma utilidade acadêmica, como explica o professor Senne: "Nós poderíamos formar gente capacitada na área de robótica, que é uma tecnologia de ponta", garante. Segundo ele, os alunos de graduação participariam dos trabalhos através de projetos de iniciação científica.

(A.L.) Senne, do Grupo de Robótica da FEG

